3
Jardim Gramacho e "território de jardim gramacho"

3.1
Territórios e territorialidade

3.1.1
O bairro Jardim Gramacho: o espaço geográfico

> No mundo da globalização, o espaço geográfico ganha novos contornos, novas características, novas definições. E, também, uma nova importância, porque a eficácia das ações está estreitamente relacionada com a sua localização. Os atores mais poderosos se reservam os melhores pedaços do território e deixam o resto para os outros.
>
> Milton Santos, 2007

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

Para compreender a história do "território de jardim gramacho", consideramos importante apresentar inicialmente o Município de Duque de Caxias, circunscrição administrativa que abriga o bairro Jardim Gramacho.

Inúmeras são as obras que descrevem o contexto geográfico do Município, mas selecionamos dois textos que consideramos apontar os elementos fundamentais para nossa análise. Então nos baseamos na dissertação de mestrado de Luiz Cláudio Moreira e no documento produzido pelo IBASE, 2005 denominado "Diagnóstico Social do Bairro de Jardim Gramacho".

Neste sentido, encontramos a informação de que o Município de Duque de Caxias foi criado através do Decreto Estadual 1055 de 31 de Dezembro de 1943, tendo completado em dezembro último passado, 65 anos de existência. Antes de sua emancipação, a localidade pertencia ao 8º Distrito de Nova Iguaçu (Ibase, 2005, p.5).

O Município de Duque de Caxias encontra-se dividido por quatro distritos e quarenta bairros oficiais e eles estão distribuídos da seguinte forma: no primeiro Distrito, que é o de **Duque de Caxias,** localizam-se os bairros Jardim 25 de Agosto, Parque Duque, Periquitos, Vila São Luiz, Gramacho, Sarapuy, Centenário, Centro, Dr. Laureano, Bar dos Cavaleiros, Olavo Bilac e **Jardim Gramacho.** Já no segundo, **Campos Elíseos**, encontram-se os bairros de Jardim Primavera, Saracuruna, Vila São José, Parque Fluminense, Campos Elíseos, Cangulo, Cidade dos Meninos, Figueira, Chácaras Rio-Petrópolis, Chácara Arcampo e Eldorado. No terceiro distrito, que é **o de**

Imbariê, estão os bairros de Santa Lúcia, Santa Cruza da Serra, Imbariê, Parada Angélica, Jardim Anhangá, Santa Cruz, Parada Morabi, Taquara, Parque Paulista, Parque Eqüitativa, Alto da Serra, Santo Antônio da Serra. Por fim, no quarto distrito, **Xerém,** localizam-se os bairros de Xerém, Parque Capivari, Mantiqueira, Jardim Olimpo, Lamarão e Amapá. **[Grifo nosso],** conforme mapa 1, anexo 7.5, p. 187

Através do estudo elaborado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que Moreira cita em sua dissertação, Duque de Caxias está localizado na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro que também abriga os Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá (Moreira, 2007, p. 24).

Em relação à extensão geográfica, o Município de Duque de Caxias totaliza a área de 468, 3 Km², o que representa 10% de área ocupada da Região Metropolitana.

Quanto ao sistema viário e ferroviário de Duque de Caxias, informamos que está integrada à cidade do Rio de Janeiro dada a proximidade. Ainda em termos de sistema viário, foi dado no mês de março de 2008, início das obras do Arco Rodoviário que intenciona ligar o Porto de Sepetiba, em Itaguaí até Itaboraí, no entanto passará por Seropédica e para tanto será construído um trecho entre Queimados, Nova Iguaçu e Duque de Caxias.

Registra-se no IBGE que em 2007 a contagem populacional do Município de Duque de Caxias alcançou o quantitativo de 842.686 munícipes em uma área territorial de 465 Km².

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Município, segundo o IPEA em 2000, é de 0,753, ocupando assim a 52ª posição no Estado do Rio de Janeiro, isto porque a base para cálculo deste índice prende-se ao valor de quanto mais próximo de um for o IDH, maior o nível de desenvolvimento humano apurado.

Quanto à taxa média geométrica de crescimento, no espaço de tempo compreendido entre os anos de 1991 a 2000 foi de cerca de 1,7% ao ano, contra cerca de1,2% na região e de 1,3% no Estado. Em relação ao processo de urbanização, registra-se o percentual correspondente a 99,6% da população, enquanto que na Região Metropolitana a referida taxa é de 99,5%.

No tocante aos domicílios, o Município de Duque de Caxias tem um total de 256.422 habitações, com uma taxa de ocupação de 86%, no entanto destas existentes registra-se que 11% são de uso ocasional.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

Em relação à raça e religião dos munícipes, registra-se que, por meio da declaração das pessoas há um predomínio de afro-descendentes, o que representa 57,7 da população, contra 41% daqueles que se declaram brancos. Na religião há uma incidência de católicos, chegando ao percentual de 46%, o que é superior a soma das outras religiões declaradas.

Quanto à estrutura de serviços, o Município de Duque de Caxias possui sete Agências dos Correios e Telégrafos, trinta Agências Bancárias e vinte e três estabelecimentos da rede hoteleira.

No tocante à questão de acesso ao mundo cultural, o Município conta com cinco cinemas, três teatros, um museu e duas bibliotecas.

Segundo o Ministério das Cidades, o Município de Duque de Caxias apresenta o seguinte panorama, no que se refere aos indicadores urbanos:

- Quanto ao abastecimento de água, o Município tem 69% dos domicílios com acesso à rede de distribuição, 27,9% com acesso a água através de poço ou nascente e 2,7% têm outra forma de acesso à mesma. O total distribuído alcança 90.000m³ por dia, dos quais 74% passam por tratamento convencional e o restante por simples cloração.
- No tocante a rede coletora de esgoto sanitário somente 57,1% dos domicílios tem este serviço, pois 20,9% têm fossa séptica, 4.3% utilizam fossa rudimentar, 13,2% estão ligados a uma vala, e 3,5% são lançados diretamente em um corpo receptor (rio, lagoa e mar).
- Em relação à coleta regular de lixo, registra-se que 88,9% dos domicílios usufruem do serviço, pois 3,6% têm o lixo jogado em terrenos baldios ou em logradouros públicos, 6.8% colocam fogo. Isto porque a produção de resíduos diários no Município chega à soma de 730 toneladas dia.

No que tange às atividades econômicas do Município, Duque de Caxias, representa o sexto maior Produto Interno Bruno (PIB, 2001) do País e o segundo em arrecadação do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria (ICMS), isto porque concentra suas atividades nas indústrias e no comércio, além de abrigar uma das maiores refinarias de petróleo do Brasil, a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), além do pólo gás-químico, inaugurado em abril de 2005, que pretende gerar cerca em um período de cinco anos de 30 mil a 50 mil postos diretos e indiretos de trabalho na Baixada Fluminense.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

Já em relação ao Bairro de Jardim Gramacho, integrante do 1º Distrito de Duque de Caxias, enfocamos que se encontra dividido por localidades que não podem ser conceituadas como sub-bairros, em razão de não serem oficializadas pela Prefeitura, mas estão divididas segundo documento Diagnóstico Social do IBASE da seguinte forma: COHAB (conjunto habitacional – 1ª área loteada de Jardim Gramacho), o Morro do Cruzeiro, o Triângulo e o Morro da Placa, locais que já possuem infra-estrutura urbana adequada à necessidade local. Por outro lado, o bairro tem ocupações recentes caracterizadas por bolsões de miséria, sem infra-estrutura e, neste contexto, localizam-se a Chatuba, a Favela do Esqueleto, o Beco do Saci, a Cidade de Deus, a Avenida Rui Barbosa, o Parque Planetário e a comunidade da Paz ou Maruim como é conhecida, onde as casas são construídas em cima do manguezal.

Quanto à questão populacional, Jardim Gramacho tem aproximadamente 40.000 habitantes, sendo que cerca de 50% dependem direta ou indiretamente da atividade econômica advinda da catação de lixo (IBASE, 2005, p. 10).

Em relação à presença de equipamentos sociais voltados para a educação formal no âmbito do Governo do Estado, o bairro tem a Escola Estadual Lara Vilela, de ensino fundamental, o CIEP 218 – Ministro Hermes de Lima – de ensino médio e fundamental, além de possuir uma turma de aceleração de jovens, projeto educacional que procura atender àqueles que não completaram o ensino em idade compatível. Também funciona um núcleo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Finalizando, há o Colégio Estadual Álvaro Negro Monte, de 5ª a 8ª série e ensino médio.

Quanto às escolas municipais, informamos que no bairro registra-se a instalação da Escola Municipal Jardim Gramacho e da Escola Municipal Mauro de Castro, que também tem em seu anexo uma creche. No contexto comunitário, contabiliza-se a Creche Comunitária e a Escola Comunitária Jardim Gramacho, que é apoiada pela Igreja Católica e pelo Portal do Crescimento. E as escolas particulares estão presentes com o maior quantitativo, chegando ao número estimado de 15 unidades. As de maior destaque são: Colégio Deco, Colégio ABC da Alegria, Casinha Feliz, Colégio da Penha.

Já no tocante aos equipamentos de saúde no Bairro de Jardim Gramacho, existem sete postos do Programa de Saúde da Família, o Posto Municipal de Saúde Edina Siqueira Sales e um Posto de Saúde apoiado por políticos do local. Mas, no entanto, há registros que 15% do contingente de crianças residentes estão em risco nutricional, sendo que 12% com desnutrição grave (IBASE, 2005, p. 22).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

Quanto à presença e/ou ausência de serviços públicos, bem como a qualidade destes, encontramos registrado no Diagnóstico Social do Bairro de Jardim Gramacho a seguinte questão:

> Com relação aos Serviços públicos, em Jardim Gramacho destacam-se os serviços de saúde. As entrevistas realizadas ressaltam o esforço do Secretário de Saúde Oscar Berro na implementação e ampliação do PSF visando atender a toda a população do bairro. A atuação do Posto de Saúde (da prefeitura) também é reconhecida, embora também vivencie momentos de escassez, funciona com a boa vontade e compromisso de seus profissionais.
> No que diz respeito às escolas, os entrevistados reclamam do estado de conservação de algumas, da qualidade do ensino e do número de vagas oferecidas que está aquém da demanda local. No entanto, é importante ressaltar que não tivemos acesso, neste pré-diagnóstico, ao número de crianças em idade escolar residentes em Jardim Gramacho. Segundo as entrevistas realizadas, os vereadores eleitos com o apoio dos moradores locais possuem significativa força política na identificação e implementação de ações de desenvolvimento e melhoria do bairro (IBASE, 2005, p. 17).

No tocante ao processo organizacional em defesa do bairro e dos moradores em Jardim Gramacho, somente foi identificada a existência de uma Associação de Moradores legitimada, que é a do Parque Planetário, pois tem representantes eleitos e é inscrita na Federação das Associações de Moradores de Caxias (MUB). No entanto, segundo o Diagnóstico Social de Jardim Gramacho, a Associação não realiza ações em conjunto com a Federação e apenas recorrem a eles no período da eleição da diretoria da Associação atual, tendo em vista a necessidade de legitimação do processo (IBASE, 2005, p. 24).

Registramos que embora não existam outras associações de moradores no bairro de Jardim Gramacho, após a realização do Diagnóstico Social elaborado pelo IBASE, foi legitimada, em abril de 2006, a instalação de um Fórum Comunitário, composto por 26 instituições locais que têm quatro grupos de trabalho focados na Educação, Saúde, Convivência Comunitária e Trabalho e Renda – onde o Serviço Social do Aterro se faz representar. Este Fórum é apoiado pelo IBASE em parcerias com Furnas Centrais Elétricas através do Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida (COEP), e escolheu o bairro com a finalidade de promover o desenvolvimento local sustentável. Após vários encontros visando traçar as metas em busca do desenvolvimento, foi inaugurada uma sede própria que está aberta aos moradores para encontros e para diversas reuniões, precisamente no dia 20 de dezembro de 2007. Atualmente, ocorre, na última segunda-feira de cada mês, uma reunião com as instituições que constituem o Fórum para refletir acerca dos avanços e retrocessos das ações comunitárias.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

O Fórum Comunitário do Jardim Gramacho vem se desenvolvendo e, com o apoio do IBASE, apresentou na VI Expo Brasil Desenvolvimento Local, realizada em Salvador, em 2007, as seguintes questões ligadas à perspectiva de trabalho e renda para os catadores que em sua maioria são moradores do bairro:

> O Fórum reivindica hoje a consolidação de um sistema de coleta seletiva com núcleos descentralizados no município de Duque de Caxias. Cada distrito terá um grupo de catadores realizando a coleta, responsável por levar o material reciclável para o Pólo de beneficiamento e Comercialização de Recicláveis, já em operação. "É um sub-bairro com uma infinidade de bares e pensões. Esses bares vendem fundamentalmente para catadores. O fechamento do aterro afetará muitos moradores, que se deram conta do problema e da oportunidade de lutarem juntos" diz a assistente social do Ibase, Rita Brandão (Expo Brasil Desenvolvimento local, 2007, p. 1).

Através deste pequeno desenho do bairro Jardim Gramacho, podemos enfatizar que ele expressa o que vem sendo apresentando no cenário de milhares de bairros brasileiros, ou seja, é mais um local periférico que revela uma grande desigualdade social atrelada a outros tipos de desigualdade, como a ambiental, por abrigar um dos maiores aterros de lixo da América Latina, o que coloca em debate os riscos ambientais aos quais a população residente e trabalhadora está exposta.

Este processo apresenta também uma contradição, visto que neste mundo de consumo, global, líquido-moderno etc, a produção de lixo é crescente e, se não existir espaço para sua destinação final e também a mão-de-obra de catação para minimizar os impactos, provavelmente seremos engolidos por uma avalanche de resíduos orgânicos e inorgânicos (lixo) que produz uma imensa poluição ambiental, quiçá planetária.

Nossa afirmativa encontra sustentação quando a comparamos com algumas considerações expressas no Diagnóstico Social do IBASE, quando efetuam comentários a respeito do bairro e da população dele residente:

> Na medida em que a população moradora está não só, exposta aos riscos ambientais por viver nas proximidades de um aterro controlado, mais conhecido como "lixão" – exposta à contração de doenças, à poeira, sujeira, entre outros – mas também encontra sua fonte de sobrevivência na atividade de catação, se evidencia a crise social de desemprego e de injustiças (social e ambiental). Estas pessoas são trabalhadoras e em sua maioria, anônimas e destituídas de qualquer direito – muitas não são registradas e não têm nem a certidão de nascimento, vivem em situação de total abandono, em condições precárias de infra=-estrutura. Poderia se dizer que são os "**não cidadãos (ãs)".** Paradoxalmente esta população vem dando uma grande contribuição para o circuito da reciclagem de materiais (coleta seletiva), para limpeza pública e ainda para a proteção de recursos naturais (IBASE, 2005, p. 30). [Grifo nosso].

Por fim sinalizamos que o Bairro de Jardim Gramacho é permeado por todo o trajeto da rota do lixo e que por mais que se tente desvinculá-lo da atividade de catação, torna-se quase impossível, visto que, quase a totalidade do bairro tem sua vida ativa

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

economicamente em função da catação, esta nossa reflexão ganha sustentação a partir da seguinte análise:

> Em 1978, quando a comunidade do distrito de Jardim Gramacho (Duque de Caxias – RJ) testemunhou a inauguração do que viria a ser o maior aterro sanitário da América Latina, houve preocupação e revolta. Quase 30 anos depois, o que preocupa agora é o rebatimento que a desativação do aterro, programada para este ano, terá sobre a vida de uma comunidade que aprendeu a conviver e viver das mais de dez toneladas de lixo despejadas a cada dia em Duque de Caxias. Contando com a desativação, representantes de 26 instituições locais, entre associações de catadores, igrejas, Ongs e grupos comunitários resolveram se unir e fundar o Fórum Comunitário de Jardim Gramacho... (Expo Brasil Desenvolvimento local, 2007, p. 1).

3.1.2
O "território de jardim gramacho": o lugar da catação

> Numa situação de extrema competitividade como estas em que vivemos, os lugares repercutem os embates entre os diversos atores e o território como um todo revela os movimentos de fundo da sociedade. A globalização, com a proeminência dos sistemas técnicos e da informação, subverte o antigo jogo da evolução territorial e impõe nova lógica.
>
> Milton Santos, 2007.

Nossa atenção, neste momento, será dedicada ao lugar que foi, é, e será ainda por algum tempo, produzido pela atividade de catação de lixo que se processa no interior do Aterro Metropolitano de Gramacho e no seu entorno.

Portanto, estamos conceituando de "território de jardim gramacho" todo o espaço do Aterro Metropolitano de Gramacho e toda a rota que o lixo percorre no bairro até chegar ao destino final, por entendermos que a efervescência gira em torno da atividade mercantil gerada pelo negócio do lixo, uma vez que consideramos o que Milton Santos afirma acerca do território, do dinheiro e de sua fragmentação:

> O território como um todo é objeto da ação de várias empresas, cada qual, conforme já vimos, preocupadas com suas próprias metas e arrastando, a partir dessas metas, o comportamento do resto das empresas e instituições. Que resta então da nação diante dessa nova realidade? Como a nação se exerce diante da verdadeira fragmentação do território, função das formas contemporâneas de ação das empresas hegemônicas? (Milton Santos, 2007, p.86).

Complementando sua reflexão a respeito do território e dessas implicações, Milton Santos enfoca que é dentro de um mesmo país que são criados diferentes formas e ritmos de evolução, governados pelas metas e destinos específicos de cada empresa hegemônica, que arrastam com sua presença outros atores, mediante a aceitação ou mesmo a elaboração de discursos "nacionais-regionais" alienígenas ou alienados (Milton Santos, 2007, p. 87).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

Este sentido dado por Santos ao mundo mercantil de negócios é o mesmo sentido que damos ao território de jardim gramacho, por ser um local que recebe 8 mil toneladas/dia de lixo, cujo trajeto é realizado pelos veículos de grande porte (carretas e caminhões compactadores) que transportam o lixo das vias principais do bairro/município para o Aterro.

A primeira passagem se dá pela Usina de Transferência no Bairro do Caju, zona portuária do Rio de Janeiro, onde os caminhões compactadores que circulam pelas residências despejam o lixo em um recipiente com maior capacidade em volume cúbico e, por intermédio desses equipamentos mecânicos, realizam a transferência para carretas com capacidade de 27 toneladas de lixo, perfazendo, assim, um percurso de 27 km até chegar ao Aterro, totalizando, a cada dia, 44 viagens oriundas somente do Caju. Além da supracitada Usina de Transferência, existem mais dois trajetos: Jacarepaguá, que dista do Aterro 37 km, sendo realizadas 12 viagens com as carretas por dia, e Irajá, com 17 km de distância do Aterro, e 06 viagens diárias.

Quanto aos outros trajetos, isto é, que envolvem os municípios de Duque de Caxias, Nilópolis, Queimados, Mesquita e Belford Roxo, a rota é bem menor, assim como o volume de resíduos. Nesse caso, os próprios caminhões que realizam a coleta domiciliar levam para o vazamento os materiais recolhidos nas residências, empresas etc.

Na via principal de acesso ao Aterro, chegam a transitar dia e noite cerca de 600 veículos grande porte e, quanto mais se diminuir o fluxo, menor investimento será necessário para a manutenção e o recapeamento do asfalto, que é de responsabilidade da empresa operadora.

Estes trajetos e o volume de lixo transportado se revelam como uma grande mina de ouro, pois conforme já mencionamos anteriormente, o valor do produto potencialmente reciclável cresceu no período industrial, (Velloso 2004), e vem crescendo no mundo contemporâneo, e, desta forma, há um forte interesse pelas empresas em comercializar o material com o catador que normalmente fica com a menor parte, enquanto aqueles que já detêm o domínio do capital, produzem riquezas, fragmentações, discurso alienante e, com certeza, também o domínio do material.

A título de registro, informamos que a COMLURB realizou, em junho de 2006, um estudo que proporcionou apurar em um período de trinta dias, qual quantidade retirada diariamente dos materiais separados pelos catadores. Foi apurado que,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

diariamente, o contingente de catadores separa cerca de duzentas toneladas de material potencialmente reciclável, isto é, material que ele já separou da matéria orgânica e dos outros inservíveis, tais como: papel higiênico, absorventes, entre outros sem valor no mercado, vendendo-os para ferros velhos instalados na via de acesso ao Aterro.

Somado a este fator, faz-se necessário elucidar que para o território efetivamente ganhar vida, circulam diariamente cerca de 1.200 catadores que desenvolvem atividade de catação dentro do Aterro, mais os caminhões dos 42 depósitos que têm autorização para transitar no Aterro com a finalidade de proceder à compra e à retirada do material separado pelo o catador.

Mas o que vai demarcar o espaço como território, é a forma perversa existente quanto ao estabelecimento da relação de trabalho entre os catadores e os donos de depósito.Pesquisa realizada por Lúcia Pinto (2004), no território de jardim gramacho, deixou evidente que, dos trabalhadores fixos ligados a eles, a grande maioria entrevistada confirmou não ter carteira assinada.

Lucia Pinto justifica esta desresponsabilização dos empresários com os catadores, enfocando que o poder de barganha dos depósitos, independentemente do seu porte, é expresso pelo estabelecimento do preço do produto coletado, pela oferta de trabalho e pela possibilidade de empregar pessoas sem documentação, egressos ou fugidos do sistema penitenciário, e pela forma de pagamento imediata (Pinto, 2004, p. 12).

O cenário descrito por Pinto nos permite, mais uma vez, ratificar que o território de jardim gramacho carrega todo o estigma do rejeito e/ou refugo humano, tendo em vista que até mesmo os depósitos não têm uma organização quanto aos equipamentos e em relação ao espaço físico também, visto que misturam materiais recicláveis com rejeito do lixo.

Assim, os depósitos classificados como precários têm toda a atividade realizada em céu aberto, em péssimas condições de higiene e trabalho e, segundo diagnóstico realizado por (Lucia Pinto 2004), “funcionam em alguns casos próximos ao mangue e em associação com locais de distribuição de drogas” e ainda poluem o ambiente com a queima de fios de cobre e pneus, conforme demonstra a fotografia 5, anexo 7.2, p. 165.

Outro ponto de grande efervescência no cenário do território de jardim gramacho é a perversa forma de catação efetuada pelos catadores de lixo que, por meio do garimpo de saco em saco, separam o material para ser comercializado. Embora seja responsável pela sobrevivência destes trabalhadores, a forma visualmente é

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

estigmatizante e depreciativa, conforme podemos demonstrar com as fotografías 6 e 7, anexo 7.2, p. 166

Analisamos a questão acima à luz da fala de Dirce Koga a respeito da classe excluída, que, segundo a autora, deverá ter a resistência dobrada em função da necessidade cotidiana da luta pela sobrevivência física aliada á sobrevivência moral, "pelo fato de serem naturalmente suspeitas no meio de uma sociedade altamente segregadora" (Koga, 2001, p. 45).

Inúmeras são as questões a serem levantadas pelo território de jardim gramacho, mas elencamos algumas por considerarmos fundamentais para entendermos a real situação dos catadores de lixo que são, a todo momento, furtados da sua condição de cidadão trabalhador, primeiro pelo fato da categoria não ser reconhecida oficialmente, e depois por diversas perversidades advindas do mundo global e líquido apontados por Bauman:

> A "população excedente" é mais uma variedade de refugo humano. Ao contrário dos homini sacri, das "vidas indignas de serem vividas"!, das vítimas dos projetos de construção da ordem, seus membros não são "alvos legítimos" excluídos da proteção da lei por ordem do soberano. São, em vez disso "baixas colaterais", não intencionais e não planejadas, do progresso econômico. No curso do progresso econômico (a principal linha de montagem/desmontagem da modernização), as formas existentes de "ganhar a vida" são sucessivamente desmanteladas e partidas em componentes destinados a serem remontados ("reciclados") em novas formas. Nesse processo, alguns componentes são danificados a tal ponto que não podem ser consertados, enquanto, dos que sobrevivem à fase de desmonte, somente uma quantidade reduzida é necessária para compor os novos mecanismos de trabalho, em geral mais dinâmicos e menos robustos (Bauman, 2004, p. 53).

Pensando a partir desta reflexão, podemos considerar o catador de lixo como população excedente do processo, pois já sinalizamos anteriormente que ele é o menos beneficiado e assim percebemos que, no jogo de poderes, os que sobrevivem acabam por se tornar algozes do seu próprio companheiro, pois o nível de mobilidade apresentado por eles é de se transformar em comprador, ou seja, passar a deter poder do capital e, com isso, desconhecem sua origem, ou quando isto não acontece de imediato, passam a fazer desvio da rota do material que deveria ir para o Aterro, deixando chegar somente àquilo que não tem valor comercial.

No entanto, dentro da lógica capitalista, a venda realizada pelos catadores no Aterro ocorre de forma a desvalorizar o produto que os depósitos estabelecidos no entorno do Aterro compram e transportam em seus caminhões, furtando daqueles que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

dão a partida no processo a possibilidade de negociar diretamente com as indústrias e se inserirem como apontam CORTIZO e OLIVEIRA (2004):

> Como integrantes da "articulação do binômio capital-trabalho, na apropriação coletiva dos meios de produção e dos resultados da produção, na prática da autogestão, na apreensão de todo o processo produtivo pelos todos os trabalhadores, na valorização de cada pessoa, na construção do coletivo, no compromisso com os outros trabalhadores, com as questões sociais e com a sustentabilidade ambiental" (Cortizo e Oliveira, 2004, p. 87).

Em face desse cenário de desigualdades posto no cotidiano da atividade de catação, na qual estão presentes os processos exclusão/inclusão, precarização do trabalho, ausência do exercício de cidadania, desemprego estrutural, desqualificação social, informalidade, entre outras questões, acreditamos ser de fundamental importância dialogar com alguns autores para entender melhor esta trama.

Por outro lado, faz-se necessário compreender também como se dá o processo de desvio existente no trajeto até o Aterro Metropolitano, uma vez que a rota do lixo é demarcada por um território construído a partir de desigualdades de acesso e de vantagens, pois por cada gota de chorume[2], ou cada saco de coleta domiciliar deixado no caminho, é possível usufruir de um benefício, transformando, assim, em moeda corrente todo e qualquer resquício advindo desta atividade. Furta-se, mais uma vez, da mão do catador o material mais valorizado, pois muito embora o montante do que é recebido (8 mil toneladas/dia) seja significativo, o que é considerado nobre fica pelo caminho, na mão daqueles que detêm o domínio e/ou poder de negociação, que, como já vimos, não é o catador.

Para melhor entender este processo, procuramos buscar sustentação teórica em Koga 2001, que realizou um estudo a respeito de território que nos permitiu compreender melhor as tramas existentes nestes espaços, que não se constituem apenas como área geográfica e/ou de concentração de um povo, mas podem ser consideradas como

> (...) um dos elementos potenciais para uma nova perspectiva redistributiva possível para orientar as políticas públicas. A redistribuição viabilizada pelo acesso às condições de vida instaladas no território onde se vive soma-se aos demais processos redistributivos salariais, fiscais ou tributários, fundiários e das garantias sociais, como a própria reforma fundiária, a reforma fiscal. Parto do pressuposto de que as políticas públicas ao se restringirem ao estabelecimento prévio de públicos-alvos ou demandas genéricas

[2] Líquido oriundo do efeito químico produzido pelo lixo orgânico.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

> apresentam fortes limitações, no que se refere a conseguirem abarcar as desigualdades concretas existentes nos diversos territórios que compõem uma cidade, e assim permitir maior efetividade, democratização e conquista de cidadania (Koga, 2003, p.33).

Na busca de aprofundarmos o entendimento a respeito do que estamos problematizando e ainda objetivando apreender como alguns dos atores envolvidos percebem a rota do lixo dentro do território de jardim gramacho, entre os meses de maio e junho realizamos cinco entrevistas com alguns catadores e com dois donos de depósitos, com a finalidade de melhor compreendermos esta trama de relações existentes e o olhar tanto de uns quanto de outros a respeito da cadeia produtiva de reciclagem e o papel deles nesse processo perverso**.**

Estruturamos as entrevistas com o objetivo de saber o que os catadores tinham em mente a respeito do seu papel na cadeia industrial de reciclagem, além de saber também como eles se sentiam na atividade de catação e como percebiam a sua função em relação ao meio ambiente. Por fim, procuramos saber o que conheciam a respeito do trajeto dos caminhões e suas histórias dentro do território, o que denominamos de "a rota do lixo do território de jardim gramacho".

Em relação aos donos de depósitos, utilizamos as mesmas perguntas feitas para os catadores, tendo somente modificado a questão relativa ao trabalho que eles realizavam no Aterro junto aos catadores.

No que diz respeito às respostas, os cinco catadores reconheceram que são importantes na cadeia industrial de reciclagem, mas são sabedores que o trabalho que desenvolvem é desvalorizado, principalmente pelos donos de depósitos, mas intencionam trabalhar para romper este domínio. Como exemplo, apresentamos duas falas das catadoras:

> Acho que o catador é um agente ambiental, mas não é valorizado, não é mesmo, mas por causa das indústrias, porque se agente tiver a possibilidade de estar nas grandes negociações, eliminaria o atravessador, mas isto é muito difícil (Entrevista realizada na COOPERGRAMACHO em 03/06/2005, cooperada Audinéa da Silva).

> Acho que o catador é importante, mas seu papel não é tão reconhecido porque se conseguíssemos vender para indústria seria melhor, mas aí o que se tinha que fazer é juntar o material em um núcleo e com isto agregar mais valor e com isto melhorar o trabalho (Entrevista realizada com a catadora Maria Sandra da Silva em 03/06/2005).

Quanto à importância do seu papel como agentes ambientais, todos se identificaram com a classificação formal junto ao Ministério do Trabalho, mas não souberam detalhar como poderiam tornar isso de conhecimento público e ter esse papel

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

reconhecido de fato pela sociedade, podemos ilustrar esta posição com a fala de um dos entrevistados:

> Eu me considero sim, agente ambiental, porque estou reciclando e evitando menos resíduos lá em cima no vazamento (Entrevista com a catadora Tânia em 26/05/2005).

> Eu me considero catador de material reciclável e um agente ambiental, assim porque agente contribui com o meio ambiente, porque aquele material que seria despejado no lixão ou Aterro Sanitário que prejudica o Meio Ambiente agente ta fazendo outro projeto que é de reciclagem e com isto você aumenta a vida útil dos Aterros e evita que novas matérias-prima seja retirada da natureza para fazer o mesmo produto (Entrevista com o catador Sebastião em 06/06/2005).

Em relação à rota do lixo no território, de acordo com cada um dos entrevistados que ofereceu riqueza de detalhes em suas respostas, ficou evidente a ocorrência de diversas formas de desvios existentes e as articulações estabelecidas, ora pelos motoristas das carretas e/ou caminhões, ora pelos garis, entre outros poderes mencionados, que realizam a comercialização do material potencialmente reciclável que deveria ser conduzido diretamente para o Aterro, mas é negociado antes de chegar no seu destino final. Deixaram claro também que é bastante confusa esta rota e, por vezes, perigosa a interferência para evitar o desvio do material, conforme ilustra a seguinte fala:

> Bom penso que diversas coisas acontece de lá até aqui, cara, é uma rota muito confusa, pois dependendo do material recolhido já sai negociado de lá mesmo, porque hoje em dia o motorista já conhece o valor do reciclado do lixo, então se ele sabe que aquele material que esta carregando tem algum valor automaticamente ele já destina para algum lugar, aqueles que não tem bom conhecimento, mas alguém conhece que o material tem valor ele já extravia para o meio do caminho para outro lugar, uma série de processos que se ocorre, outros por uma questão de não conhecimento ou questão ética não destina, mas grande parte fica no meio do caminho (Entrevista do catador Sebastião em 06/06/05).

A catadora Maria Sandra enfoca que:

> Aí ele sofre perda nos caminhos é muito desviamento de carro, cada um quer ganhar seu tostãozinho, embora não ache correto prefiro não falar muito sobre o assunto (Entrevista catadora Maria Sandra em 03/06/2005).

Já os donos de depósitos, quando entrevistados, reconheceram a importância dos catadores na cadeia industrial de reciclagem, mas procuraram justificar a importância e a necessidade da existência da categoria de sucateiros, em razão do material oriundo do Aterro ser impuro, e com isto existir uma rejeição total das indústrias quanto à compra direta. Sua atividade consiste em beneficiar este produto através da limpeza e misturá-lo com outros materiais, oriundos de compra procedente da atividade de catação nas ruas; assim vendem para outros atravessadores que ainda melhoram o material, até chegar à

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

indústria. Outro ponto abordado por eles é a existência dos encargos e tributos que por vezes os impede de negociar diretamente, “que dirá o catador”.

> Bom, o catador é a primeira fase da reciclagem do papel, primeira fase é o catador naturalmente que tira o que é aproveitável do lixo, tá, a segunda fase é o dono do depósito evidentemente, né, que nós fazemos? Damos uma mexida no material de forma que separe o que ele catou e não presta que vai voltar para o lixão e beneficiamos o que presta, enfardamos e mandamos para o atravessador, isto porque o papel do lixão é diferente do papel da rampa por uma série de motivos é diferente, porque o material da rua tem um valor e do lixão tem outro e este material não pode ser mandado diretamente para a indústria porque ela não aceita em razão das impurezas oriundas do lixão, mas para o atravessador que também compra papel da rua torna-se vantagem, pois ele mistura 50% de cada e além de pagar mais baixo pelo nosso material diminui seu custo e ele então manda para indústria e o material é aceito (Entrevista realizada no Aterro Metropolitano de Gramacho em 09/06/2005 Sr. Sebastião Luiz – Depósitos 07 e 35).

Quanto à rota do lixo, igualmente aos catadores, todos são sabedores das transações comerciais executadas antes de chegar ao vazamento oficial – Aterro Metropolitano de Gramacho –, mas aceitam e chegam a afirmar que, embora não tenham certeza por não terem ainda sido ameaçados, mexer com esta engrenagem pode criar um desconforto e perigo de vida. Um deles relata:

> Já ouvi falar que são pessoas com um tipo de influência, digamos em termos de coagir as outras pessoas a fazer isto, os próprios carreteiros da COMLURB e S/A PAULISTA, talvez não seja para benefício próprio, mas uma forma de coação senão fizer isto pode acontecer alguma coisa não só com o emprego, mas dependendo da forma de quem estiver coagindo a sua própria integridade física (Entrevista realizada no Aterro Metropolitano de Gramacho em 03/06/2005 Sr. Gilmar – Depósito 26).

Diante dos depoimentos, torna-se evidente que a questão levantada a respeito da comercialização e do conseqüente desvio do lixo antes de o mesmo chegar ao Aterro existe, o que confirma que o catador é lesado de diversas maneiras, desde a forma como se dá concretamente o trajeto do lixo até o seu despejo no destino final, e ainda na formação da cadeia industrial de reciclagem, pois o material que é mais valorizado no processo de comercialização não chega ao seu destino final inteiro, o que em muito reduz o ganho daqueles que estão à espera do material bruto para separação e venda.

A título de ilustração e esclarecimento, informamos que o fluxo que constitui a rota do lixo tem a origem em grande parte nas residências e nos grandes geradores, isto é, os Supermercados, os Shoppings, e todos os locais de grande circulação de pessoas e nem sempre quando recolhidos, estes resíduos são diretamente levados para o Aterro, pois passam pela área do transbordo quando oriundos das rotas da cidade do Rio de Janeiro, realizando os seguintes trajetos:

Usina do Caju – Jardim Gramacho, Jacarepaguá – Jardim Gramacho, Irajá – Jardim Gramacho (trajetos que conduzem maior volume de lixo para o Aterro - 5 mil

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

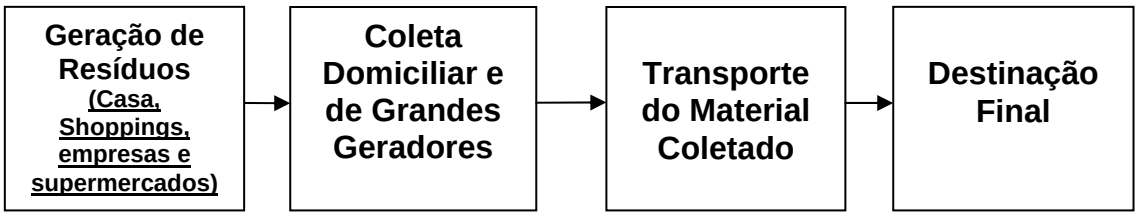
toneladas/dia oriundos das Usinas de transferência localizadas nos bairros da Cidade do Rio de Janeiro), Duque de Caxias – Jardim Gramacho, Nilópolis – Jardim Gramacho, São João de Meriti – Jardim Gramacho, Mesquita – Jardim Gramacho, Queimados – Jardim Gramacho.

Muito embora tenha metaforicamente denominado “Rota do lixo”, o trajeto realizado pelos veículos de grande porte (Carretas e Caminhões Compactadores), que diariamente transportam o lixo nas vias principais do bairro para o Aterro, esclarecemos que 80% do lixo domiciliar recolhido na Cidade do Rio de Janeiro vêm para o Aterro. No entanto, a primeira passagem se dá pela Usina de Transferência no bairro do Caju, zona portuária do Rio de Janeiro, onde os caminhões compactadores que circulam pelas residências despejam o lixo em um recipiente com maior capacidade em volume cúbico e, por intermédio desses equipamentos mecânicos, realizam a transferência para carretas com capacidade de 27 toneladas de lixo, perfazendo, assim, um percurso de 27 km até chegar ao Aterro, totalizando a cada dia 44 viagens oriundas somente do Caju. Além da supracitada Usina de Transferência, existem mais dois trajetos: Jacarepaguá, que dista do Aterro 37 km, sendo realizadas doze viagens com as carretas por dia, e Irajá, com 17 km de distância do Aterro, e seis viagens diárias.

O resultado esperado com esta forma de transportar o lixo é de que haja a diminuição de gastos no orçamento da operação, visto que o custo com o transporte cai em razão da diminuição do número de carros que fariam o despejo de lixo no Aterro, assim como também na manutenção do asfaltamento. Na via principal de acesso ao Aterro chega a transitar dia e noite cerca de 600 veículos de forte impacto e, quanto mais se diminuir o fluxo, menor investimento será necessário para a manutenção e o recapeamento do asfalto, que é de responsabilidade da empresa operadora.

Quanto aos outros trajetos, a rota é bem menor, assim como o volume de resíduos. Nesse caso, os próprios caminhões que realizam a coleta domiciliar levam para o Aterro para vazamento os materiais recolhidos nas residências, empresas etc, conforme ilustra o fluxo abaixo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA



Neste cenário, podemos afirmar que o território de jardim gramacho, é permeado por questões, onde os diversos atores deparam-se diariamente com desafios em razão do negócio lucrativo do lixo, que envolve cada vez mais um elenco de situações que giram em torno do lucro a ser obtido, não importando de que forma ele possa ter sido adquirido.

Por outro lado, apesar de reconhecerem a existência do desvio e, portanto, o furto do seu potencial produto, os catadores de lixo não se organizam para o desmonte da rota, preferindo assumir uma atitude de acomodação e, conseqüentemente, resignação diante da realidade. Pode-se, diante disso, levantar uma questão: qual seria o poder efetivo que teriam os catadores para alterar esse estado de coisas?

Além disso, os depoimentos permitiram abrir um leque de informações sobre fatos que obstaculizam e impedem o catador de participar da cadeia produtiva como agente de parte do negócio e, com isto, usufruir dos lucros. Possibilitou, ainda, olhar para além da forma perversa utilizada no capitalismo para lidar com essa mercadoria específica e permitiu vislumbrar a necessidade de aprofundar a discussão e a reflexão sobre a questão da formação e da organização da categoria de catadores.

Aproximamos o olhar neste momento em que o catador passa por este processo injusto de não participação na cadeia produtiva, do estudo desenvolvido por Paugam 2003, a respeito do processo por ele denominado de desqualificação social, pois tem relação direta com o processo de precarização do trabalho e também de ausência de qualificação, que por vezes leva o trabalhador ao desemprego e, conseqüentemente, ao processo de exclusão social, aqui reconhecida como a nova exclusão, que tem características à luz do mundo globalizado, onde o avanço tecnológico e a automação

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

dos serviços se fazem presente e empurram cada vez mais os indivíduos para a informalidade.

O autor, ao apontar o estado de desqualificação social, identifica ainda diferentes tipos de indivíduos e, no caso dos catadores, acreditamos que estejam inseridos na qualificação de marginalizados organizados, visto que estes participam de um contexto cultural tolerável em um espaço controlado pela experiência das trocas das atividades cotidianas e, às vezes, graças aos recursos do imaginário (Paugam, 2003, p. 177).

Inserimos o catador de lixo neste contexto, onde foi possível identificá-lo como aquele que, por se sentir excluído do acesso a melhores condições de trabalho, até mesmo de usufruir de bens e serviços como qualquer cidadão, desenvolveu uma cultura voltada para a submissão, naturalizando esta condição de modo a considerar que a exploração de sua mão-de-obra em todos os sentidos é muito normal, pois conforme elucidado em alguns depoimentos colhidos nas entrevistas que realizamos, para eles é muito difícil chegar próximo às grandes indústrias e, com isto, a negociação fica não mão sempre dos sucateiros, ou seja, daqueles que dominam através do poder do dinheiro.

Buscando ampliar a análise, com intuito de compreender como se dá a relação que o catador estabelece com o processo de exploração na qual está envolvido, quais são as atitudes adotadas por eles que revela um grande processo de aceitação do estado de coisas existentes, encontramos também em Bourdieu uma contribuição, a partir da noção de “habitus”:

> O habitus seria um sistema de estruturas cognitivas e motivadoras, ou seja, um sistema de disposições duráveis inculcadas desde a mais tenra infância que pré-molda possibilidades e impossibilidades, oportunidades e proibições, liberdades e limites de acordo com as condições objetivas. Nesse sentido, as disposições do habitus são em certa medida “pré-adaptadas” às suas demandas...
>
> O habitus é o passado tornado presente, a história tornada corpo e, portanto “naturalizada” e “esquecida” de sua própria gênese. Precisamente por ser uma espécie de história naturalizada numa espontaneidade sem consciência, o habitus é o elemento que confere às práticas sua relativa autonomia em relação às determinações externas do presente imediato. Por ser espontaneidade sem consciência ou vontade, o habitus não se confunde nem com a necessidade mecânica, nem com a liberdade reflexiva dos sujeitos das teorias racionalistas (Bourdieu apud Souza, 2003, p.44).

Diante do quadro social posto em questão, não podemos deixar de contextualizar o mundo do catador dentro da ótica do neoliberalismo e de seus desdobramentos, isto é, o desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a flexibilização dos direitos e,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

conseqüentemente, o aumento e a potencialização da informalidade, que vem gerando o empobrecimento da classe trabalhadora, pela ausência da proteção legal do emprego, ocasionando assim a falta de amparo total ao trabalhador, promovendo a cada dia o aumento de excluídos do mercado formal de trabalho, empurrando-os cada vez mais para as tarefas que nesse contexto social são ainda marginalizadas e discriminadas, como é o caso da catação.

3.1.3

A territorialidade dos catadores: olhando o amanhã

> Eu acho que o papel do catador na cadeia do reciclado é dele começar tomar seu lugar como protagonista desta história, tomar esta posição diante da Coleta Seletiva, acho que falta um papel de dizer sou catador e faço parte desta cadeia produtiva, falta o catador se organizar e buscar sua colocação que seria de produtividade, seria de separação e de recolhimento do material. E esse monte de processo que se dá na cadeia produtiva é que eu acho que é o papel do catador.
>
> Sebastião Carlos dos Santos 06/06/2005.

Após abordar a questão do território de jardim gramacho como um dos eixos constitutivos do nosso estudo, trataremos do sentido de pertença que os catadores de lixo e também de catadores de materiais recicláveis têm em relação ao território e a tarefa por eles desempenhada. Este sentido pode ser entendido conforme aponta Milton Santos, pelo conceito de territorialidade.

Acreditamos que o sentido de pertença em reação ao território de jardim gramacho, também está ligado à outra questão que consideramos importante, que é o valor financeiro dado no mundo contemporâneo e global, ao lixo, até porque embora o catador e o rejeito sejam elementos constitutivos do planeta desde a era medieval, conforme afirma Velloso (2004), a valorização do lixo, enquanto mercadoria, só começou a ganhar vulto no período industrial e este dado pode ser confirmado pela própria autora, quando evidencia em sua tese que:

> A valorização do lixo começa a surgir no período industrial e amplia-se por causa da guerra. O lixo deveria ser transformado em dinheiro. Numa sociedade capitalista, geralmente só se atribui valor a coisas que podem gerar lucro. Este valor foi atribuído ao lixo, devido à possibilidade de sua transformação em matéria-prima. Assim, em 1896, os trapeiros iniciam suas atividades, intensificando-as a partir de 1918. Existiam dois tipos de trapeiros: o catador e o atacadista. O primeiro fazia a separação dos materiais encontrados no lixo e os enfardava para serem vendidos como matéria-prima. Ele era o "operário", enquanto que o atacadista – "o atravessador" – era o patrão. (Velloso, 2004. p. 28.).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

Diante do quadro apresentado e na busca de desvendar alguns pontos metamorfoseados a respeito da vida dos catadores e de seu trabalho, sinalizamos que se constituiu como uma das questões norteadoras da nossa investigação, a seguinte pergunta: quem são os catadores do território de jardim gramacho? E ainda como um dos pressupostos, buscamos saber se: os catadores do território de jardim gramacho apresentam atitudes contraditórias em relação ao processo de trabalho que desenvolvem, ora reconhecendo seu valor, ora desqualificando-o, Paugam (2003), uma vez que têm pouca consciência sobre as etapas que configuram fora do espaço do vazamento de lixo.

Assim, com intuito de confirmar ou refutar as questões levantadas na investigação, selecionamos alguns resultados apontados na pesquisa que possam auxiliar no desenho do perfil dos catadores de lixo, conceito que estamos utilizando para aqueles que ainda encontram-se desordenados na frente de serviço,

Ao contabilizarmos os dados de identificação pessoal dos trabalhadores do Aterro Metropolitano de Gramacho, encontramos 87% do universo pesquisado constituído por catadores de lixo, devido sua condição de trabalho no Aterro, centrar-se na frente de serviço, local a céu aberto destinado ao vazamento do lixo oriundo dos municípios que destinam resíduos no Aterro Metropolitano de Gramacho.

Da mesma forma, o nível de consciência de seu papel enquanto trabalhador ambiental encontra-se desfocado da atual realidade, isto porque a maioria (cerca de 120 catadores dos 142 pesquisados) declarou não estar atrelada a nenhum tipo de organização da categoria e ainda desconhecem o seu real papel na cadeia produtiva industrial. Dos catadores entrevistados, somente nove informaram que estão conscientes de que seu trabalho tem relação direta com a preservação ambiental, conforme demonstra gráficos 5 e 6, anexo 7.4, p 175.

Estes dados podem nos levar ao entendimento de que a catação no território de jardim gramacho se reduz somente ao processo de sobrevivência, pois o valor ambiental que vem sendo dado ao trabalho destes profissionais ainda é algo distante da realidade deles, fator que nos remete a indagar quais são as perspectivas destes trabalhadores para o futuro, tendo em vista que se faz necessário propor melhores formas de realização da atividade de catação, uma vez que os estudos nos mostram a importância do papel do catador e da catação que vem acenando para melhores formas da atividade se processar, por mio da coleta seletiva, onde o material já vem separado, oferecendo melhor condição de trabalho para o catador conforme aponta Pólita Gonçalves:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

> (...) no Brasil há coleta seletiva. Temos casos há mais de 10 anos, como os de Porto Alegre e Curitiba. Há diversos modelos respeitando a realidade local e trabalhando dentro de suas possibilidades de articulação. Em todas elas os catadores, organizados em cooperativas, estão envolvidos e encontraram nessa atividade o **caminho para viver do lixo, deixando de viver no lixo.** Os catadores compram o lixo separado na fonte, em articulações silenciosas com faxineiros e serventes e vendem para pequenos sucateiros e atravessadores (Gonçalves, p. 93, 2003) [Grifo nosso].

Gonçalves prossegue sua reflexão complementando sua análise a respeito da importância do catador no contexto social, enfocando que:

> Por outro lado, a municipalidade e a sociedade encontram no catador a solução para dois grandes problemas: o desvio da destinação em lixões e aterros controlados ou sanitários de resíduos recicláveis; e a diminuição da exclusão social, já que, com a catação esse indivíduos, organizados ou não, invisíveis ou não, encontram uma renda e um lugar na sociedade (Gonçalves, p. 93, 2003).

No território de jardim gramacho este fator torna-se preponderante, tendo em vista que o universo de catadores é constituído por adultos de ambos os sexos, com predominância do gênero masculino, atingindo 55% na atividade, conforme gráfico 7, anexo 7.4, p. 176, cuja faixa-etária tem maior incidência entre as idades de 18 a 41 anos e, portanto alcançando o percentual de 68%, seguido da faixa de idade ente 42 a 65 anos com o percentual de 34% e somente 4% têm idades superiores a 65 anos, conforme revela o gráfico 8, em anexo 7.4 p. 176. Este fato nos leva a verificar que a grande maioria encontra-se em idade ativa para o trabalho, portanto, devendo objetivar melhores condições de vida e de trabalho em busca de qualidade de vida.

Foi possível também observar a questão da naturalidade dos catadores, isto é, grande parte é oriunda do Estado do Rio de Janeiro (65%), seguida do Estado de Minas Gerais, com 17%, acompanhado de um percentual de 11% oriundos da Região Nordeste, conforme demonstra o gráfico 9, em anexo 7.4, p. 177. Este é outro ponto que devemos considerar, pois aqui a catação não se faz representar por pessoas que vieram de outras regiões em busca de trabalho na "cidade grande", mas sim, de "filhos da metrópole", que foram expulsos do mercado formal de trabalho, tendo então como fator o desemprego, percentual que atingiu na nossa pesquisa 27%, ou ainda por cultura familiar, termo que estamos usando para prática de trabalho, passado de geração em geração, que atingiu 33% dentre os catadores abordados.

Quanto à escolarização, verificamos que a maioria teve acesso à escola, no entanto nem por isso concluíram o ciclo básico e/ou conseguem ler e escrever com fluência. Complementando a análise, ressaltamos que daqueles catadores que tiveram pouco ou nenhum acesso aos bancos escolares, ficou evidenciado que somente 4% lêem

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

e escrevem com desenvoltura, pois 45% lêem e escrevem com dificuldade e 51% não sabem ler e escrever, conforme ilustra o gráfico 10, em anexo 7.4, p. 177.

Esta condição, por si só, já exclui grande parte das pessoas do acesso ao mercado formal de trabalho, tendo em vista que o mundo atual, global e flexível exige um maior nível de especialização, portanto, a cada dia são expulsos do mercado formal de trabalho pessoas com nível de escolarização superior.

No tocante ao estado civil, os catadores de lixo apresentam o índice de 69% de constituição familiar através do que podemos conceituar de união estável, uma vez que não são oficialmente casados, 24% representam os solteiros, 3% são catadores separados e 4% são viúvos, conforme demonstra o gráfico 11 anexo 7.4, p.178.

Em relação ao número de filhos a maior incidência recai na faixa compreendida entre dois a três filhos (42%), seguido de 40% daqueles que têm de quatro ou mais filhos, no entanto consideramos expressivo o percentual de 18% para aqueles catadores que têm apenas um filho e pode ser que este dado apareça em razão de grande parte ser constituída de pessoas jovens que estão iniciando a vida conjugal, ilustrado pelo gráfico 12, anexo 7.4, p. 178.

Quanto à moradia, a maioria (43%) reside no território de jardim gramacho, bairro onde o Aterro se localiza, fator que pode ser o motivo da grande incidência de moradores, seguido de 42% de moradores dos demais bairros do próprio Município de Duque de Caxias. Com isto, observa-se que a grande concentração domiciliar ocorre dentro da localidade, que na verdade se converte em um território fértil de possibilidades e também de limites para além do escopo do trabalho; visto que as pessoas além de defenderem o sustento, necessitam utilizar bens e serviços do local que nem sempre atende às demandas advindas da realidade da população, fator que aqui também é comprovado, quando cruzamos o local da residência com o acesso dos catadores aos programas governamentais previsto na Lei Orgânica de Assistência Social, conforme já sinalizamos anteriormente.

Sustentamos o acima demonstrado, calcada na fala de Koga (2001), quando sinaliza a atenção que merece ser dada ao território, pois os limites são bem maiores que as possibilidades em área cuja desigualdade e a injustiça social são presentes, portanto é necessário ficarmos atentos para não cometer enganos no trato com a questão, conforme a autora aponta:

> Em contextos de fortes desigualdades sociais, de tendências à focalização cada vez mais presentes nas propostas de políticas sociais, o território representa uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

> forma de fazer valer as diferenças sociais, culturais que também deveriam ser consideradas nos desenhos das políticas públicas locais.
> É neste sentido que a referência territorial pode significar não somente as expressões mais imediatas e concretas das realidades vividas, como também conter elementos aparentemente invisíveis, mas significativos que dizem respeito aos valores, sentimentos, perspectivas que rodeiam as vidas das populações. (Koga, 2001, p.47).

Prosseguindo a análise ainda focada na infra-estrutura local, enfatizamos que quanto à questão de habitabilidade, os catadores na sua grande maioria, 75%, habitam em casas de alvenaria, enquanto os 25% restantes em barracos de madeira, conforme demonstra o gráfico 13, anexo 7.4, p.179. Quanto ao acesso aos serviços públicos básicos, informamos que 99%, ou seja, quase a totalidade dos catadores utiliza energia elétrica mesmo que seja efetuada através de ligações clandestinas (“gato”), questão que extraímos das falas em entrevistas com os catadores, e apenas 1% necessita de velas e lampiões para iluminar os barracos. No entanto mesmo as casas de alvenaria, a maioria delas localizadas no território de jardim gramacho, são habitações não legalizadas, por se situarem no entorno do Aterro Metropolitano e, portanto, nas falas dos entrevistados, este dado aparecia, pois eles complementavam informando que a casa era de tijolo, mas em área invadida.

Em relação à água encanada, 77% usufruem do recebimento de água potável nas torneiras de casa, enquanto os 23% restantes dos catadores utilizam água de poço, conforme gráfico 14, anexo 7.4, p 179. Quanto ao saneamento básico, 70% são beneficiados enquanto os 30% restantes convivem com valas negras, gráfico 15, anexo 7.4, p. 180. Em relação à coleta de lixo regular, 80% informam que usufruem do serviço, mesmo que seja da colocação do resíduo em caçambas perto de casa, e os 20% restantes não têm acesso ao serviço, gráfico 16, anexo 7.4, p. 180.

Além da questão de infra-estrutura, procuramos saber como os catadores constituem seu mobiliário básico em suas casas e, ao mesmo tempo, se têm acesso aos produtos eletro-eletrônicos que possam proporcionar-lhes maior conforto, lazer e facilidades no dia-a-dia. Neste sentido foi possível saber que: 98% utilizam fogão a gás para preparo dos alimentos, 92% têm geladeira, 77% utilizam chuveiro elétrico, 58% têm ferro de passar roupas, 94% têm televisão, 91% têm ventilador, 85% têm rádio, somente 2% têm microondas e 8% têm computador, fator que consideramos significativo, visto que quando foi perguntado ao catador o motivo da aquisição a resposta focou-se na importância de proporcionar mais facilidades e ampliar o acesso

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

dos filhos ao mundo moderno, sinal que este pequeno segmento tem visão proativa em relação aos filhos primando pela ampliação da possibilidade de acesso deles ao mercado formal de trabalho.

Foi possível também identificarmos que 70% dos catadores têm religião, pois os 30% restantes declararam não ter. Entre os que declararam ter, identificamos quais são as religiões de maiores predomínio: 63% revelam ser católicos, 34% são protestantes, 2% são espíritas e 1% do grupo é messiânico.

Procuramos na investigação apurar como eles achavam que a sociedade encara o trabalho que eles desenvolvem, qual era o conhecimento da grande maioria acerca da cadeia produtiva de reciclagem e se eles se sentiam parte integrante do processo. Os catadores responderam com clareza que são sabedores que o trabalho desenvolvido é desvalorizado pela sociedade, gráfico 17, anexo 7.4, p. 181 Quanto à cadeia produtiva industrial a visão é muito reduzida e contraditória, pois a grande maioria, apesar de se considerar parte integrante e importante do processo, não sabe o que acontece com o material que é vendido, conforme demonstram os gráficos 18 e 19, anexo 7.4, p. 18-19. e só reconhece como outra parte integrante da cadeia produtiva o dono do depósito. Acreditamos que este fato se justifique porque, além de ser o profissional mais próximo da sua relação com a atividade, ele é também quem, mesmo de forma perversa, o remunera.

Diante do perfil apresentado dos catadores, começamos a levantar alguns fatores inerentes à construção do processo de territorialidade que Milton Santos aponta, visto que na realidade dos catadores de lixo, faz-se necessário ocorrer um movimento que os leve a pensar nos fatos existentes, mas levando em conta que precisam ser metamorfoseados em busca de um novo caminho e, sendo assim, acreditamos que a fala de Santos a respeito da territorialidade e a preocupação com o destino deva ser traduzida da seguinte forma:

> Os fatos estão todos aí, objetivos e independentes de nós. Mas cabe a nós fazer com que se tornem fatos históricos, mediante a identificação das relações que os definem, seja pela observação de suas relações de causa e efeito, isto é, sua história seja pela constatação da ordem segundo a qual eles se organizam para formar um sistema, um novo sistema, um novo sistema temporal, ou melhor, um novo momento do modo de produção antigo, um modo de produção novo, ou a transição entre os dois. Sem relações não há “fatos”. É por sua existência histórica, assim definida, no interior de uma estrutura social que se reconhecem as categorias da realidade e as categorias de análise. Já não estaremos, então, correndo o risco de confundir o presente com aquilo que não mais o é (Santos, 2004, p. 15).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

Os catadores têm condições e precisam criar um fato novo para perpetuação do seu trabalho, pois já não cabe aceitarmos o garimpo de lixo de forma insalubre, perversa e penosa, e cremos que o parâmetro para a tomada de decisão, seja a descrição elaborada pelo Ministério do Trabalho em parceria, na época, com alguns catadores representantes referentes a quem são eles, as condições gerais do trabalho, as áreas da atividade, os recursos e quais são as competências profissionais:

> 5192-05 **– Catador de material reciclável** – Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa), Separador de sucata (cooperativa), Triador de sucata (cooperativa).
> Descrição sumária
> Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.
> **Condições gerais de exercício.**
> O trabalho é exercido por profissionais que se organizam de forma autônoma ou em cooperativas. Trabalham para venda de materiais a empresas ou cooperativas de reciclagem. O trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto a variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito e, muitas vezes, à violência urbana. Nas cooperativas surgem especializações do trabalho que tendem a aumentar o número de postos, como os de separador, triador e enfardador de sucatas.
> **Formação e experiência**.
> O acesso ao trabalho é livre, sem exigência de escolaridade ou formação profissional. As cooperativas de trabalhadores ministram vários tipos de treinamento aos seus cooperados, tais como cursos de segurança no trabalho, meio ambiente, dentre outros.
> **Áreas de atividades.**
> Coletar material reciclável e reaproveitável, dar entrada no material, separar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho, trabalhar com segurança.
> **Competências pessoais.**
> Demonstrar prudência, paciência, organizar-se (associações, cooperativas), valorizar-se como profissional, demonstrar espírito de prosperidade, educação, eficiência, agilidade (esperteza), sinceridade, honestidade, autorganizar-se, criatividade, demonstrar perseverança, jogo de cintura, capacidade de atenção constante, demonstrar habilidade de puxar carroça e proteger-se contra a violência na violência na rua. Disponível em http://www.mtecbo.gov.br/recursos.asp?codigo=5192 acesso em 19/08/2007).

Baseada nas informações, faremos uma abordagem tendo como foco principal as ações desenvolvidas pelos catadores da COOPERGRAMACHO e os catadores representantes da ACAMJG, analisando qual é o rebatimento no território de jardim gramacho, pois estes, a nosso ver, estão classificados como catadores de materiais recicláveis, em face do processo de organização que estão inseridos, aliado à forma de olharem o trabalho com foco na cadeia industrial produtiva.

Consubstanciadas nas falas dos autores e também no resultado de alguns pontos levantados na investigação, pretendemos aqui responder as seguintes questões: que iniciativas os catadores do território de Jardim Gramacho têm efetivado na direção da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

construção de sua identidade e organização? O processo de organização dos catadores de materiais recicláveis ainda envolve uma minoria de trabalhadores, em decorrência das experiências que têm acumulado em suas histórias de vida (ausência de experiências de caráter coletivo) e das características e estigmas que cercam o trabalho com o lixo?

Complementamos nossa análise a partir da fala de alguns sujeitos entrevistados na pesquisa que representam à categoria:

> A nossa estratégia de organização, é de está buscando compradores fora do estado e já temos no Paraná e São Paulo, isto já é uma coisa da cadeia produtiva, significa outra visão de vender para fora do jardim gramacho, para outros lugares. O presidente na época, Paulo Gesteira foi até o Paraná para ver como era feito o trabalho. Também ligamos, conversamos e negociamos muito pelo telefone e eu acho que esta foi a nossa estratégia (Ana Paula Serafim entrevista 15/06/ 2007).

> Como estratégia de mobilização e organização, nós temos com certeza a missão de estar conscientizando o catador de que a organização começa quando ele passa a entender que com mais e melhor quantidade e qualidade de material ele coletar melhor será o poder de barganha de negociar do catador, inclusive porque agora o movimento vai fazer valer o decreto federal e vai começar a trabalhar com o material selecionado na fonte e este é o principal foco da Associação (Alexandre Mariano entrevista em 15/06/2007).

As falas dos representantes da categoria demonstram que estão no rumo do processo de organização, já os catadores abordados na pesquisa deixam evidente que, muito embora eles não tenham muita clareza acerca da cadeia produtiva em razão de desconhecerem o processo industrial de reciclagem, sentem-se parte integrante do trabalho e expressaram conhecer a Associação de Catadores e alguns dos seus representantes, no entanto, a grande maioria não sabe qual é o seu real papel no território de jardim gramacho.

Com estes dados apontados, arriscamos afirmar que apesar de o grupo que está na ACAMJG e até mesmo na COOPERGRAMACHO já tenham avançado na perspectiva de reordenar as ações em prol da categoria, ainda há muito a ser realizado, visto que os catadores, em sua maioria dentro do território de jardim gramacho, não estão organizados suficientemente e passam a não ter clareza do processo de fortalecimento da categoria, assim como não são associados a organizações que possam facilitar a compreensão referente à importância do processo de organização e conseqüentemente de construção identitária.

Este dado ganha sustentação na própria fala do Presidente da Associação, o catador Sebastião Carlos dos Santos, quando perguntado a respeito do processo de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

organização e construção identitária do universo de catadores do Aterro Metropolitano de Gramacho:

> Sem demagogia a ACAMJG vem tocando juntamente com parceiros, claro, mas ela pela sua própria identidade como nasceu a Associação gosta de estar na frente de tudo mesmo, vem tocando o barco tem tocado, o Movimento Estadual de Catadores não é o propósito discutir a identidade, mas é uma questão nossa discutir isto com outros parceiros, pois a questão do Movimento é mais ampla incluindo outros municípios, catadores de rua, catadores de lixões, catadores de Aterro Controlado, então assim discutindo a própria categoria a ACAMJG juntamente com outras pessoas têm promovido reuniões até mesmo com a Fetrabalho para discutir a legitimidade, pois muita cooperativa só é no papel, e agora com o decreto, aonde você não tem como reclamar porque você não atende o pré-requisito mínimo que é um CNPJ, e ser Associação ou Cooperativa registrada, discutir a importância de você estar organizado e se beneficiando deste próprio benefício que nos foi mesmos que lutamos nestes sete anos que o movimento existe. Então assim agora esta mais claro o rumo da economia solidária e os rumos das Cooperativas de catadores daqui pra frente (Parte da entrevista concedida pelo catador Sebastião Carlos – Presidente da ACAMJG/ jun/2007).

Percebemos que o Sebastião estava falando a respeito da ação do Movimento Estadual, que visa atender todos os catadores, não somente os do território de jardim gramacho. Então reforçamos a pergunta, centralizando nas ações com os catadores do Aterro Metropolitano de Gramacho.

> Então o Sebastião respondeu que ainda esta faltando promover ações corpo a corpo no âmbito da mobilização mesmo, mas que acha que não esta muito longe, até pelo do fato que vem batendo na tecla de fazer uma marcha dos catadores... Acho que vamos ter que ir para frente de serviço e dá uma de sindicalista mesmo, chamar a rapaziada pra cumprir o seu papel e também entender e botar em cheque as ações, pra vê se realmente estamos mobilizando ou não, se o que agente tem promovido, como encontros, algumas ações sociais juntamente com o Serviço Social do Aterro e com o próprio Fórum Comunitário que compõe no bairro. Mas eu acho que esta faltando uma ação direta e do movimento enquanto sociedade civil e acho que o momento é nesta marcha aonde eu vou ter que juntamente com meus companheiros mobilizar a categoria. Esta é a importância do corpo a corpo de você saber se realmente todas as ações que você tem feito tem mobilizado a categoria, senão tem que rever e ser feito tudo de novo. (Parte da entrevista concedida pelo catador Sebastião Carlos – Presidente da ACAMJG/ jun/2007).

3.2
O garimpo de lixo: fonte de sobrevivência

> Eu me considero um agente ambiental, porque senão tiver o catador não tem comprador, ninguém enriquece, não tem depósito, e também não vai ter indústria.
>
> Maria Sandra da Silva, 2005.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

Ao contextualizar a relação do catador com o mundo da reciclagem, pode se afirmar que apesar do repúdio da sociedade e da pouca valorização dada a este profissional, é ele que separa os restos, aquilo que não se quer, denominado lixo, e os recoloca na cadeia industrial de reciclagem para geração de novos produtos e/ou reutiliza dando novo valor material ao que era rejeitado.

Trazendo esta análise para os dias atuais, verifica-se que o aproveitamento da matéria-prima é uma atividade rentável, tanto do ponto de vista econômico, quanto ambiental, conforme assinala Mota (2005), quando elucida que a indústria de reciclagem ao utilizar os resíduos sólidos como matéria-prima considera uma grande vantagem, e, portanto nos estudos econômicos há uma indicação da utilização deste produto como insumo significativo para redução de gastos na produção, além da redução ambiental.

Desta forma Adriana Mota aponta também que existe além dos benefícios econômicos, outras ações, a saber:

> Para além dos benefícios econômicos, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos podem gerar impacto na imagem das empresas que trabalham com esses materiais. Se na década passada, poucos consumidores e consumidoras se sentiam atraídos por produtos reciclados, hoje o mercado para os reciclados, cresce a olhos vistos. Várias marcas e empresas que tinham receio de ver seus produtos atrelados ao conceito de reciclagem hoje investem pesado na propaganda dessas qualidades, ressaltando seu "compromisso ambiental" e com o "desenvolvimento auto-sustentável". Uma ampla gama de empresas nacionais e internacionais busca se beneficiar com a reciclagem, não apenas por meio da economia que a utilização de resíduos sólidos como matéria-prima pode proporcionar, mas também investindo pesado na propaganda e na imagem de uma empresa "e co-responsável" (Mota, 2005. p. 5).

Tomando como base os aspectos acima assinalados, sentimos a necessidade de apontar uma das contradições existentes neste processo, visto que se verifica que, apesar do avanço em termos da reciclagem, o Brasil, segundo o IBGE (2000), ainda adota como forma de tratar e destinar os resíduos sólidos (lixo), ações rudimentares, pois a coleta é destinada de maneira ambientalmente correta, em Aterros Sanitários, somente no percentual de 13%. Em Aterros Controlados 17%; enquanto 59% são destinados indevidamente nos lixões.

Observa-se que este dado, além de provocar prejuízo ao Meio Ambiente, tem um rebatimento significativo na atividade de catação, uma vez que a maioria dos catadores desenvolve a tarefa em lixões, aterros controlados e nas ruas, e a forma de obter o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

material para o seu sustento é garimpando de saco em saco, o que faz a atividade se tornar cada vez mais, insalubre, perigosa e penosa.

A cada dia torna-se fundamental e de grande relevância a luta pela Coleta Seletiva, enquanto Política Pública a ser adotada no contexto nacional, pois Mota afirma que:

> Entre as técnicas utilizadas para a destinação dos resíduos sólidos, uma em especial merece nossa consideração: a coleta seletiva.
> A coleta seletiva é aquela que recolhe somente os materiais recicláveis, aqueles que podem ser utilizados como matéria-prima na indústria da reciclagem. Papéis, vidros, plásticos, materiais ferrosos, alumínios e outros tipos de resíduos que seriam enterrados em aterros sanitários ou jogados em lixões ganham uma nova vida, deixam de ser lixo e viram matérias-primas. Com a coleta seletiva, o resíduo que era lixo, que estava desorganizado e misturado, passa a ser organizado, selecionado, vira matéria-prima... (Mota, 2005. p. 4).

Comungamos das mesmas argumentações elaboradas por Mota quanto à consideração que se deve ter com a coleta seletiva e aproveitamos para remeter esta contextualização ao universo pesquisado – Aterro Metropolitano de Gramacho – que, muito embora seja considerado um dos maiores da América Latina, ainda é classificado como Aterro Controlado, local destinado ao vazamento de resíduos sólidos, lixo, que apesar de atender aos requisitos ambientais de tratamento do chorume e canalização do gás metano produzido, tem pessoas na frente de serviço.

Chamamos atenção para o fato de que não há no Município de Duque de Caxias, onde o Aterro se localiza, e nos demais municípios que o utilizam para vazamento de resíduos uma política pública focada para a coleta seletiva que possa retirar os catadores da frente de serviço do Aterro e encaminhá-los para atividade porta a porta ou até mesmo como vem sendo discutido em algumas cidades brasileiras, deles se tornarem parceiros das prefeituras na prestação de serviços de coleta e limpeza urbana, entre outras atividades na área de destinação de resíduos, conforme sinaliza Mota (2005):

> (...) a proposta é a inclusão desses (as) trabalhadores (as), por meio de sua participação não apenas como prestadores (as) de serviços na coleta seletiva, mas também como co-gestores (as) da política de resíduos sólidos. Para levar adiante essa segunda proposta, catadores e catadoras devem se organizar, buscar parceiras e apoios, capacitar e profissionalizar as cooperativas e associações. (Mota, 2005, p.7).

Embora haja propostas avançadas e legislações tanto na esfera federal – Decreto 5940/2006, anexo 7.7, p. 188 –, como na estadual – Decreto 40.645/2007, anexo 7.7, p. 191, determinando a Coleta Seletiva Solidária como uma das possibilidades de inclusão dos catadores, chamamos atenção para o fato de que no Estado do Rio de Janeiro, em especial, no território de jardim gramacho, ainda não foi possível implantar a Coleta

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

Seletiva, embora seja bandeira de luta da Associação dos Catadores, assim como de Organizações parceiras na luta, o que faz com que o Aterro permaneça como a única fonte geradora de matéria-prima para a catação.

Neste contexto, passamos a apresentar alguns pontos levantados na pesquisa que demonstram quais são as relações estabelecidas entre os catadores e a atividade de catação, enquanto trabalho. Para tanto, consideramos importante elucidar o tempo de convívio deles com a catação, por julgarmos ser este o ponto de partida para o entendimento da trama estabelecida por estes trabalhadores com o território de jardim gramacho, ilustrada a partir do gráfico 23, anexo 7.4, p.184.

Foi possível verificar que existe um contingente significativo de catadores, isto é, 69% que convivem a mais de dez anos com a atividade, seguido do índice de 11% daqueles por nos caracterizados de novos catadores, pessoas que foram expulsas do mercado formal de trabalho. Este dado ganha sustentação quando cruzamos no gráfico 2, anexo, 7.4, p. 173.com o item que fundamenta a afirmação, apontado

Ao verificarmos os índices que levam as pessoas a encontrarem na catação sua única fonte de geração de trabalho e renda, tornou-se evidente a precarização do trabalho, pois os maiores percentuais concentram-se no desemprego pessoal e na sobrevivência da família que, somados, alcançam 47%, seguido da cultura familiar com 34%, e ainda o índice de 13% para o fator que aqui denominamos de acomodação, que agrega o fato do Aterro ser próximo de casa.

Outro fator que ratificamos é a extinção de postos de trabalho no mercado formal, uma vez que 74% dos pesquisados já trabalharam em diversas áreas, conforme ilustram os gráficos 24 e 25, anexo 7.4, p. 184 - 185. E, mesmo assim, hoje somente contam com a atividade de garimpo do lixo como geradora de recurso para sobrevivência pessoal e familiar.

Este dado se confirma quando os catadores, ao responderem se desejam mudar alguma coisa em suas vidas, 85% informam que e o maior índice que justifica o desejo de mudança prende-se a necessidade de retomarem um trabalho de “carteira assinada”. Retomamos assim a reflexão a respeito da garantia de direitos e acesso à cidadania, pois para muitos embora o sustento seja advindo da catação, o fato da profissão não ser reconhecida e se enquadrar no contexto da informalidade, estes trabalhadores são enquadrados como não cidadãos (Wanderley Guilherme dos Santos, 1998).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

Com a finalidade de ampliar o sentido que os catadores dão à atividade de garimpar o lixo, julgamos ser importante também, apontar os ganhos obtidos com a tarefa desempenhada mensalmente. Embora seja importante registrar que a maioria recebe semanalmente, pois acumulam a venda diária nos depósitos e retiram o dinheiro ao final de cada semana.

Acreditamos ser oportuno elucidar o motivo que nos levou a pontuar valores abaixo de R$ 250,00 e os acima de R$ 1.500,00. O primeiro pelo fato do valor ter surgido em meio à fala dos sujeitos da pesquisa e por representar as pessoas de menor compleição física e de maior idade, pois o Aterro não só abriga jovens e robustos, como também pessoas mais velhas, que não concorrem no mesmo pé de igualdade no garimpo do lixo com as demais, e, portanto, ficam à mercê da "sorte" do material chegar mais perto delas. E o segundo valor, embora seja expressivo e tenha alcançado o índice significativo de 21% dos pesquisados, gráfico 26, anexo 7.4, p. 186, não se constitui como garantia de direitos, dentre o mais significativos, o previdenciário, tornando este valor líquido (Bauman, 2005), pois não representa possibilidades de acesso, somente cumpre o papel de prover a sobrevivência, fator confirmado pelos entrevistados. No entanto, embora percebam estes valores, a sua possibilidade de mobilidade social é dificultada, o que nos leva a afirmar que os catadores são pobres e excluídos de bens e serviços, mas não pelos ganhos, mas sim pelo fator de movimentação e de acesso a outras classes sociais.

Confirmamos mais uma vez o falseamento que permeia o trabalho informal, pois através do cruzamento dos dados, de obtenção de maiores ganhos pelo catador e a sua possibilidade de acesso a direitos, o previdenciário, ficou evidente que a maioria não está assegurada, pois somente 14% sinalizam efetuar contribuição previdenciária em face de estarem inseridos na Cooperativa e, portanto, se constituir como uma das obrigatoriedades, enquanto 2% já têm o direito pela aposentadoria e a massa expressiva de 84% não contribui, o que os incluem na categoria de trabalhadores informais tradicionais, de acordo com o posicionamento de Alves e Tavares (2006).

A título de ratificar o que esta posto a respeito da situação de direitos sociais dos catadores, apontamos o que Alves e Tavares enfocam:

> Os trabalhadores informais tradicionais estão inseridos nas atividades que requerem baixa capitalização, buscando obter uma renda para consumo individual e familiar. Nessa atividade, vivem de sua força de trabalho, podendo se utilizar o auxílio de trabalho familiar ou de ajudantes temporários (Cacciamali, 2000). Na totalidade dessas atividades tradicionais podem ser agregadas várias categorias específicas. (Alves &Tavares, 2006, p. 431).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

As autoras complementam, sinalizando que:

> (...) as atividades informais estão inseridas na divisão social do trabalho capitalista, podemos entender que esses trabalhadores também são explorados, pois contribuem para que se efetive a circulação e o consumo das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. A forma de inserção no trabalho informal é extremamente precária e se caracteriza por uma renda muito baixa, além de não garantir o acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, como aposentadoria, FGTS, auxílio-doença, licença-maternidade; se ficam doentes, são forçados a parar de trabalhar, perdendo integralmente sua fonte de renda. (Cacciamali, 2000; Jakobsen et al, 2000) (Alves & Tavares, 2006, p. 432).

A fim de agregar mais um componente perverso na perspectiva do trabalho informal, do qual o catador é vítima, observamos que há um comprometimento familiar significativo no cumprimento da tarefa de catação, pois, do universo pesquisado, 44% se constitui por casais, 28% de irmãos e 16% pelos filhos, conforme ilustra o gráfico 27, anexo 7.4, p. 186.

Esta realidade entra em conformidade com que Alves e Tavares (2006) apontam acerca da ação perversa da informalidade:

> O trabalhador informal pauperizado só consegue sobreviver porque vive num grupo familiar em que os membros estão empregados nos segmentos regulamentados, podendo garantir a sobrevivência e reprodução da força de trabalho familiar. Eles contam com a ajuda de membros da família nos momentos de acúmulo de trabalho. Esta ajuda se dá tanto nas atividades de produção quanto naquelas dedicadas ao comércio. Assim, os membros da família atuam como força de trabalho eventual e não paga auxiliando tanto na produção de mercadorias quanto na reprodução do grupo familiar. E o tempo despendido para realizar esse trabalho nem é percebido como um tempo racional de trabalho, apesar de absorver dias úteis, fins de semana, noites e feriados (Alves & Tavares, 2006, p.430).

Finalizamos, sinalizando ter encontrado resposta para um dos pressupostos levantados no início do estudo onde intencionamos saber se os catadores do território de jardim gramacho são, prioritariamente, indivíduos expulsos do mercado de trabalho formal, encontrando na atividade de catação a única possibilidade de sua sobrevivência pessoal e familiar.

Confirmamos a indagação calcada nos resultados, pois nos permitiram visualizar a dependência dos catadores em relação à atividade, assim como foi possível identificarmos o comprometimento deles e de seus familiares com o desenvolvimento da tarefa, o que faz com que o trabalho no Aterro se efetive como fonte de sobrevivência.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

3.3
De catadores de lixo a agentes ambientais: o processo

> Por enquanto não somos considerados agentes ambientais, estamos na etapa inicial, já que o catador era ignorado como este agente que nós falamos a pouco, mas com o tempo será com o decorrer e com as agressões que a natureza tem sofrido é claro que será valorizado e lembrado como agentes ambientais pertencentes a uma categoria profissional.
>
> Julio César Gonçalves, 2005.

Embora o tema de tese tenha como mote o processo de organização e construção identitária dos catadores do território de jardim gramacho, é importante situar as experiências que vêm ocorrendo em outras cidades, a título não somente de ilustrar, mas até mesmo para ampliar o entendimento acerca das dificuldades que este segmento de trabalhadores vem encontrando para seu reconhecimento como categoria profissional. Este fato pode ser pontuado como exemplo secular da realidade, consubstanciado no que Marta Velloso apresenta em sua tese a respeito das pessoas que cuidavam da destinação final de lixo:

> No final da Idade Média e na Modernidade, as pessoas que cuidavam, do destino final do lixo, eram marginais à sociedade. Assim, como o resto ou a sobra, esses seres humanos também eram escolhidos de acordo com a ocupação ou com o papel social que desempenhavam. Neste período os serviços de limpeza estiveram freqüentemente subordinados ao carrasco da cidade, e eram executados pelos seus auxiliares. As tarefas ligadas aos dejetos, inclusive o destino de cadáveres, eram delegadas a prostitutas, prisioneiros de guerra, condenados, escravos, ajudantes de carrascos e mendigos. Tal fato é importante para a compreensão de como o trabalho com resíduos foi sendo desqualificado. (Velloso, 2004, p. 25).

Complementa ainda, sinalizando que ainda hoje, a exclusão dos catadores de lixo é tão perversa, que chega à criminalidade. (Velloso, 2004, p. 6), conforme ocorreu em várias localidades dentro e fora do Brasil.

Embora os fatos apresentados, tenham evidenciado a atividade de catação como tarefa penosa desde seus primórdios até os dias atuais, verifica-se que há, no entanto, alguns registros de iniciativas de organização a partir da década de 1980, e que estas iniciativas contaram com grande empenho e envolvimento de representantes do poder público e do privado e vêm alcançando avanços e obtendo sucesso na garantia da organização da categoria e conseqüentemente de trabalho e renda para os catadores e seus familiares.

Neste sentido, embora haja muito a ser feito para melhoria das condições e organização do real contingente de catadores, pode ser citado, como exemplos as

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

experiências das cidades de Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo, onde o processo foi instalado, e especificamente na cidade de Belo Horizonte foi criado o capital social, conforme conceitua Jacobi:

> O primeiro passo dado de forma concreta, pelo Poder Público, e que resultou num ambiente favorável à obtenção do capital social, ocorreu em 29 de dezembro de 1992, por ocasião da assinatura de um convênio entre a Prefeitura de Belo Horizonte, representada pela SLU – Superintendência de Limpeza Urbana, a Mitra Arquidiocesana; figura jurídica da Igreja Católica que se fazia representar pela Pastoral de Rua, e a ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte.
> O objetivo foi de criar condições de capacitação e de infra-estrutura, para que a Associação dos Catadores pudesse melhorar um trabalho que já estava sendo desempenhado de forma precária e poço profissional. Neste convênio previa-se também que num futuro próximo, quando a Associação tivesse a sua estrutura consolidada, estaria se transformando numa Cooperativa de Catadores de Papel (Jacobi, 1997, p. 24).

Rohem, em sua dissertação, também menciona o processo de organização dos catadores de Belo Horizonte e de Porto Alegre como uma das iniciativas de sucesso:

> No final dos anos 80 ocorreu a implantação, em Belo Horizonte, da Associação dos Catadores de Papel Papelão e Material Reaproveitável (ASMARE), que se tornou um importante espaço para a atuação do catador como trabalhador da limpeza urbana e agente ambiental. A década de 80 marca, assim, o início da luta dos catadores de lixo por melhores condições de trabalho, onde foram criadas cooperativas de materiais recicláveis, visando ao reconhecimento da profissão de catador com o intuito de garantir direitos de seus membros.
> Nos anos 90 houve um crescimento na organização dos catadores apoiados pelo Fórum Nacional de Estudos sobre a População de Rua criado, oficialmente em 1992. Através de encontros e seminários, o Fórum deu visibilidade ao morador de rua e suas novas formas de organização, em diferentes estados, contando com a participação de outras entidades da parceria, como a Cáritas Brasileira, a Casa das Mangueiras (SP) e a Federação das Associações de Reciclagem do Rio Grande do Sul (FARRGS). Em junho de 2001 foi realizado, em Brasília, o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, que contou com 1.700 participantes entre catadores, técnicos e agentes sociais de 17 estados brasileiros (Rohem, 2004, p. 81).

Em relação à cidade de Porto Alegre, o processo de organização também ocorreu através da participação do Poder Público e da sociedade civil, conforme apontam Huergo, Alves e Velasques:

> A primeira entidade de Reciclagem a constituir-se foi a Associação de Mulheres Papeleiras e Trabalhadoras em Geral, durante o primeiro semestre de 1990. Organizada pela Igreja Nossa Senhora dos Navegantes – construiu um Galpão na Ilha Grande dos Marinheiros para abrigar a Reciclagem e forneceu equipamentos – a Associação recebeu todo o Lixo Seco reciclado em Porto Alegre até o final de 1991
> A partir deste ano passou a dividir o material com a Associação de catadores de Materiais Recicláveis, cuja Unidade de Reciclagem foi instalada na Vila Santíssima trindade.
> Com o objetivo de se obter um conhecimento mais aprofundado sobre o grupo de aproximadamente 300 pessoas que sobreviviam da catação no antigo lixão da Zona Norte, iniciou-se o seu cadastramento. Foram selecionadas as pessoas que trabalhavam

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

> diretamente com o manuseio do lixo, afastados os pontos de comercialização existentes no local e igualmente afastados os menores.
> A partir daí foram realizadas várias reuniões onde se discutiu temas referentes à Cooperativismo, Autogestão, materiais recicláveis, utilizando-se recursos Audiovisuais.
> O processo organizativo deste grupo teve seu ponto de culminância com a inauguração da Unidade de Reciclagem do Aterro da Zona Norte, em Julho de 1992.
> E a partir de 1996, com a relocação da Vila Cai-Cai para o Loteamento Cavalhada, o DMLU passou a contar com a parceria da Secretaria Municipal da Produção Indústria e Comércio (Disponível em www.lixo.com.br /Porto Alegre acesso em 21/10/2005).

Em relação à cidade de São Paulo, o processo de organização dos catadores também ocorreu agregando parte do contingente e houve apoio da sociedade civil, principalmente por parte da Igreja Católica através da Pastoral de Rua. Segundo artigo do jornal "O Estado de São Paulo", a Prefeitura desejava investir na ampliação da coleta seletiva e ampliar o espaço para os catadores:

> Além dos benefícios ambientais que a ampliação da coleta seletiva certamente trará para São Paulo, haverá também um amplo reflexo social, uma vez que a administração municipal resolveu incluir os catadores de material reciclável no processo. Segundo dados do pesquisador Sabetai Calderoni, essa mão-de-obra que se dedica à atividade até hoje ainda considerada marginal movimenta R$ 326 milhões por ano. A coordenadora do Programa Coleta Coletiva Solidária da Cidade de São Paulo, Maria Inês Bertão, calcula entre 4 mil e 5mil os catadores autônomos da capital, sendo que 1,2 mil estão organizados em 70 grupos e 2 cooperativas.
> Com o apoio da Prefeitura, essas pessoas poderão contar com os benefícios e garantias das cooperativas, além dos prédios apropriados para a seleção do material recolhido. A primeira central será instalada em prédio público na Mooca. Haverá outros galpões na Vila Maria e na Vila Leopoldina, onde os próprios catadores negociarão diretamente com as empresas recicladoras, eliminando os intermediários que, freqüentemente, são os que mais lucram com o negócio. (Jornal Estado de São Paulo 6/6/2002).

Diante do quadro descrito por vários autores, devem-se levar em conta os avanços, contudo se faz necessário caminhar muito na direção e garantia do total reordenamento das ações desenvolvidas pelos catadores no contexto nacional, que, segundo pesquisas realizadas pelo o CEMPRE[3], estima-se girar em torno de quinhentos mil pessoas.

Ainda no ano 2000, registra-se pesquisa realizada pelo UNICEF, em parceria com a ONG Meio-Ambiente Água e Vida, que aponta existirem nas capitais brasileiras 26% de despejo de resíduos realizados em lixões, isto em 73% dos municípios com mais de 50 mil habitantes e 70% naqueles com menos de 50 mil habitantes. Esta pesquisa, inclusive, procura apresentar que, no Brasil, quanto maior o extrato populacional, maior a incidência do número de catadores, o que não se deve ter estranheza, em face da atual realidade imposta ao mundo do trabalho que cada vez mais

[3] CEMPRE – Compromisso Empresarial para Reciclagem é uma organização que apóia, capacita e monitora do o incremento de Reciclagem no Brasil e no mundo.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

empurra o trabalhador para a atividade informal, restando-lhe somente esta chance para sobrevivência.

Por outro lado, verifica-se que o Brasil vem avançando significativamente na direção da reciclagem e segundo os Informativos – nº 82 Julho/Agosto 2005 CEMPRE e o Informativo nº 92 Julho/Agosto 2006, informam que:

> O índice de reciclagem mecânica de plásticos (transformação dos resíduos plásticos em grânulos para a fabricação de novos produtos) no Brasil é de 16,5% sendo superado apenas pela Alemanha (31,1%) e pela Áustria (19,1%). A informação é da Plastivida Instituto Sócio-Ambiental dos Plásticos após estudo nacional inédito elaborado pela Maxiquim no ano passado, com base nos resultados de 2003, e metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE.
> A pesquisa mostra que a indústria da reciclagem de plásticos no Brasil é formada por cerca de 490 empresas recicladoras, 80% delas concentradas na região Sudeste. Juntas, elas faturam cerca de R$ 1,22 bilhão e geram 11.500 empregos diretos. Têm capacidade instalada para reciclar 1,05 milhão de toneladas por ano, consomem 777 mil toneladas e produzem 703 mil toneladas de plásticos reciclados. A campeã reciclagem de plásticos pósconsumo é a região Sudeste com 58%, segunda pelas regiões Sul (24,9%) e Nordeste (14,5%).
> É a primeira vez que se compara a reciclagem de plásticos no Brasil com a dos países desenvolvidos e os resultados são surpreendentes. Isso porque o índice brasileiro está muito acima de nações como Grécia (1,95%), Portugal (2,9%), Irlanda (7,8%), Inglaterra (8%), Suécia (8,3%), França (9,2%) e Dinamarca (10,3%). Atualmente menos de 5% dos municípios brasileiros (somente 237) são dotados de coleta seletiva de resíduos.
> Em relação à PET, no ano passado, 360 mil toneladas de resina PET foram transformadas em garrafas, o que significa um crescimento de 9% na produção de embalagens entre 2003 e 2004.
> O índice nacional de reciclagem passou para 48%, um dos maiores do mundo, totalizando 173 mil toneladas – um crescimento da ordem de 22% em relação a 2003.
> Desde 1994, o crescimento da reciclagem de PET no Brasil foi de 1.200%.
> O Alumínio, pelo quarto ano consecutivo, em 2004 bateu recorde mundial de reciclagem de latas de alumínio para bebidas. O país atingiu o índice de 95,75 o que significa 6,7 pontos percentuais acima de sua marca anterior, de acordo com a Associação Brasileira de Alumínio (Abal) e a Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (Abralatas). Foram recicladas 121,3 mil toneladas, o equivalente a 9 bilhões de latas. (IBGE, 2000).

Ressaltamos que apesar de não constar nos índices oficiais do IBGE, o Movimento Nacional de Catadores (MNCR) avançou na análise/2006, e quantificaram o universo de catadores no Brasil, informando que varia entre 300 mil a 1 milhão de catadores e que este quantitativo ainda é duvidoso, graças ao número crescente de pessoas desempregadas e a agregação de novas pessoas à atividade de catação de forma desordenada (MNCR, 2006).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

Além desta referência com relação ao MNCR, não podemos deixar de pontuar, o processo de organização da categoria no plano nacional, visto que acerca de quase uma década os catadores vêm buscando construir seu processo identitário.

Sustentamos esta afirmativa, calcadas na posição de Mota (2005), quando pontua os avanços da categoria:

> Catadores e catadoras estão se organizando também nacionalmente, por meio do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), cuja trajetória teve início em 1999, no 1º Encontro Nacional de catadores de Papel e Material Reaproveitável, em Belo Horizonte. O processo de articulação nacional de tais trabalhadores e trabalhadoras levou à realização do 1º Congresso Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, realizado em Brasília de 4 a 6 de junho de 2001, que contou com a participação de 1.600 congressistas, entre catadores (ras), técnicos (as) e agentes sociais de 17 estados brasileiros. No congresso, foram eleitos (as) representantes que assumiram a Comissão Nacional do Movimento, cuja secretaria executiva encontra-se na cidade de São Paulo. De 1999 até agora, o Movimento Nacional dos catadores conseguiu alguns êxitos, realizou encontros e eventos, desenvolveu projetos e fez valer a voz de catadores e catadoras deste país. Entre as principais realizações estão as duas edições do Encontro Latino-Americano de catadores (2003-2005), oficinas no Fórum Social Mundial (2003-2005), parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social, Fundação Avina e Fórum Nacional Lixo e Cidadania. (Mota, 2005, p.7).

No caso do Rio de Janeiro, vale ainda ressaltar que, apesar de o Aterro Metropolitano de Gramacho, localizar-se no Município de Duque de Caxias e ser uma área de destinação final de resíduos sólidos que atende a vários municípios da região metropolitana, encontra-se sob a responsabilidade de gestão/operação somente da COMLURB. No entanto, penso que as Prefeituras que utilizam o Aterro deveriam, em conjunto, buscar soluções sócio-ambientais para garantir emprego e renda para o catador, por ser este um passivo social de grande relevância.

O Município do Rio de Janeiro tem a COMLURB como responsável pelos serviços de coleta domiciliar, limpeza dos logradouros públicos, das areias das praias, de parques públicos, do mobiliário urbano, do espelho d'água das lagoas, túneis, viadutos, e em especial, a limpeza e higienização de hospitais municipais. É responsável também pela coleta e destinação adequadas de todos os resíduos produzidos em unidades de saúde localizadas no município, bem como pela transferência, tratamento e disposição final do lixo. A companhia também dispõe de Centro de Pesquisas Aplicadas, em Jacarepaguá, Centro de Informações Técnicas da Universidade Corporativa COMLURB (UNICOM), Galpão de Artes Urbanas Hélio G. Pellegrino, na Gávea, e Casa de Banhos Dom João VI – Museu de Limpeza Urbana, no Caju.

A COMLURB (2006) segundo seus registros recolhe diariamente cerca de 8.500 toneladas de lixo domiciliar e de resíduos produzidos em toda a cidade, dos quais 40%

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

são retirados das ruas. Sua produção de lixo é de 1.326 kg/hab/dia. Para limpar a cidade do Rio de Janeiro, a Companhia dispõe de uma frota de 1.120 veículos e equipamentos, sendo 397 próprios e 723 terceirizados. Possui aterros de lixo nos bairros de Bangu, localizado na Estrada do Gericinó, e em Jardim Gramacho, Município de Duque de Caxias. Ambos os Aterros são terceirizados, sendo o primeiro operado pela Delta Construções e o segundo, embora em outro município, sob a responsabilidade da Prefeitura do Rio de Janeiro e operado pela empresa CAENGE Construções S/A, tem ainda usinas de transferência de resíduos, localizadas nos bairros de Jacarepaguá, Irajá e Caju.

Em face de sua responsabilidade com todos os aspectos referentes à limpeza urbana e destinação final de resíduos, a COMLURB tomou também para si responsabilidade de ordenar ações voltadas para os catadores de lixo, tanto os da rua da cidade, como aqueles que estão desenvolvendo suas atividades dentro dos aterros pertencentes à Companhia. Neste sentido, no início da década de 1990, foi implantado o Projeto denominado “Redução de Lixo”, cujo objetivo era organizar os catadores de rua e, posteriormente, os de aterros em cooperativa, a fim de implantar gradativamente na cidade do Rio de Janeiro a Coleta Seletiva de lixo.

Esta posição adotada pela Companhia é o retrato do papel do estado na implementação de política ambiental no cenário nacional, que encontra sustentação teórica no dizer de Ana Elizabeth Mota, quando situa que:

> O “fetichismo” do Estado somente se revela quando argumenta que esta iniciativa inclui-se na esfera da ação social, constituindo-se numa política social voltada para a estimulação do emprego e da renda das famílias pauperizadas, como é o caso dos que vivem da “catação do lixo”. Neste caso particular, também as medidas de política social, aparentemente desvinculadas das políticas industriais e inscritas na esfera pública não mercantil, queiramos ou não, estão submetidas às necessidades do capital (MOTA , 2002, p. 20).

O projeto na cidade do Rio de Janeiro foi implantado por intermédio de um convênio em parceria com o Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), com a finalidade de os Assistentes Sociais e Acadêmicos de Serviço Social intervirem no processo de organização dos catadores em Cooperativa, capacitação dos mesmos e acompanhamento das ações que seriam desenvolvidas, a partir da otimização dos espaços embaixo dos viadutos, em alguns bairros da cidade, divididos por zonas, a saber:

- ***Zona Sul:***

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

- Laranjeiras;
- Botafogo.
- ***Zona Norte:***
- Sampaio;
- Praça da Bandeira;
- Vila Izabel (Fora do espaço de Viaduto).
- ***Zona Oeste:***
- Barra da Tijuca;
- Jacarepaguá (Dentro da Usina de Reciclagem e Compostagem).
- ***Centro***
- Praça Onze
- Estácio (Fora da área de viaduto);
- Castelo (Fora da área de viaduto).

No entanto, o projeto sofreu solução de continuidade e o convênio com a PUC-RIO foi desfeito, e as ações passaram a ser viabilizada somente pela COMLURB através de seu corpo técnico. Assim, surgiram inicialmente mais duas Cooperativas, a do Caju e a de Irajá, dentro das Usinas de transferências, sob coordenação de outras Cooperativas de trabalho contratadas pela Companhia. Mas o propósito geral do Projeto de Redução de Lixo também sofreu reformulações, pois a idéia central era o total envolvimento dos catadores com a proposta, mas, se estas passaram a ser comandadas por outras cooperativas, o objetivo não foi atingido.

Na atualidade, a situação das cooperativas do Rio de Janeiro é bastante complexa, pois, apesar da COMLURB promover a implantação da Coleta Seletiva em alguns bairros, este fato não se reverteu em lucro para os catadores, uma vez que antes de o material chegar aos Centros de Recepção de Resíduos, nova denominação dada pela Companhia para os antigos espaços das cooperativas, o material já vinha garimpado por outros catadores e/ou atravessadores, chegando até estes espaços somente metade do montante recolhido e separado nos domicílios, e em decorrência deste processo o Centro de Botafogo acabou sendo desativado em 2006 e o apoio da Prefeitura em relação a esta política sendo retirado.

Assim, a situação dos catadores da cidade tornou-se bastante complexa, pois embora existam algumas entidades apoiando a retomada da organização da atividade,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

tais como o Instituto Brasileiro de Inovações da Saúde Social (IBISS), a Rede Independente de Catadores de Materiais Recicláveis (RICAMARE), a NOVA Pesquisa, o Fórum Estadual Lixo & Cidadania, entre outras, as ações ainda são pontuais, não garantindo a construção de um coletivo capaz de reordenar o trabalho dos catadores e, com isto, fortalecer esta categoria.

Sabetai Calderoni (2003) levanta um questionamento acerca do papel do estado nas ações voltadas para reciclagem e para os catadores, que penso adequar-se no caso carioca:

> É difícil deduzir com precisão qual a concepção teórica subjacente à atuação do Estado brasileiro, no que se refere à questão da reciclagem do lixo. Os fatos são claros: na esfera federal, não existe uma política nacional de resíduos sólidos e muitos menos de reciclagem de lixo. O mesmo se verifica no plano estadual. No âmbito do município de São Paulo, em que pese o Programa de Coleta Seletiva implantada na gestão Erundina (1989/92), mantido aos PEV na administração Maluf (1993/96), os volumes envolvidos são tão reduzidos que podem ser considerados como de caráter meramente simbólico. Como inferir, a partir desses fatos, qual a concepção teórica com que opera o Estado brasileiro quanto à reciclagem?
> Não há resposta exata para esta pergunta, apenas uma postura fica evidente a clara prevalência do *laissez-faire* (Calderoni, 2003, p. 71).

Em relação à legislação pode ser sinalizado algum avanço no processo da Política Nacional de Saneamento, conforme aponta Dias (2007):

> Alguns avanços recentes nos dispositivos legais relativos ao setor de saneamento, já em ainda em forma de projetos de lei, têm incidência sobre a dimensão do lixo e da cidadania associada de serviços públicos, Poe exemplo, prevista pela Lei nº 11.107 – 2005 contêm o que apresenta possibilidades de celebração de convênios com cooperativas de catadores.
> O anteprojeto de lei de iniciativa do Poder Executivo que tramitava há anos no Congresso Nacional foi recentemente sancionado pelo Presidente Lula e "institui as diretrizes para os serviços públicos de saneamento básico e a Política Nacional de Saneamento Básico – PNS", estabelecendo diversos requisitos de caráter geral extremamente importantes, destacando-se entre eles o estabelecimento de diretrizes para os serviços de manejo dos resíduos sólidos referentes à inserção social de catadores de materiais recicláveis, bem como oferece o anteparo legal à celebração convênios e contratos com associações e cooperativas de catadores. Essa política representa avanço histórico em termos do reconhecimento do direito ao trabalho aos catadores de recicláveis à medida que as diretrizes oferecem os elementos legais necessários que podem dar anteparo às legislações estaduais e municipais específicas de incorporação de catadores em projetos de coleta seletiva. E mais, o catador passou também a ter representação no Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de lixo criado pelo Governo Federal em 11 de setembro de 2003, através do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis. Nos últimos anos, recursos de diversos programas federais passaram a ser colocado no setor de resíduos sólidos e, em especial em programas de capacitação de catadores (Dias, 2007, p. 5).

Registramos ainda, como avanço legal, a assinatura pelo Presidente da República do Decreto nº 5940 de 26 de outubro de 2006, que institui a "Coleta Seletiva Solidária"

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

nas organizações da administração pública direta, indireta, fundações e autarquias, destinado exclusivamente para catadores que se encontrem organizados, comprovadamente, em cooperativas e/ou associações.

E no caso do Estado do Rio de janeiro, o atual governador também decretou a realização do mesmo feito federal, através do Decreto 40.645 de 08 de março de 2007.

Neste cenário, que há mais acenos do que possibilidades, a urgência do reordenamento das ações voltados para a organização efetiva da categoria se faz necessária, uma vez que somente organizados é que os catadores poderão ser contemplados pelos Decretos citados; e especificamente no Estado do Rio de Janeiro, o grupo de catadores e seus apoiadores[4] vêm tentando se estruturar e em atenção à agenda montada pelo Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e assim foi realizado o 1° Encontro Estadual ocorrido na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), no dia 1° de outubro de 2005, em parceria com o Estado do Espírito Santo, que também não tem registro de um processo de organização da categoria. No entanto, os órgãos oficiais de Limpeza Urbana, dos dois estados, não se fizeram representar o que considero uma perda no processo de parceria e organização da atividade, e assim como também a divulgação dos resultados das oficinas de trabalho não foram publicados. Desta maneira, um novo hiato foi gerado no processo, visto que sozinhos os catadores enfrentarão maiores dificuldades para a organização necessária à garantia de trabalho e renda da categoria na área de reciclagem. Além disso, até os dias atuais não foram realizados novos encontros envolvendo os catadores dos dois estados entre outros da Região Sudeste que estejam em outro estágio de organização.

Já no caso específico do território de jardim gramacho, os primeiros passos do processo de organização, foram motivados pelo Poder Público, visto que no processo de terceirização previsto pela COMLURB para transformação do lixão em aterro sanitário, estava prevista a ação social junto aos catadores, mas de forma superficial, onde os passos a serem traçados focavam somente na direção de cadastrá-los, para quantificá-los, identificá-los e propor ao universo identificado a organização do trabalho para garantia de sobrevivência sob a ótica cooperativista.

Contudo, o que foi observado e constatado durante toda a vivência neste processo, é que a idéia de organização cooperativista não cumpriu o papel agregador das

[4] Grupo de apoiadores – Este grupo é constituído por instituições e técnicos que se destinam a acompanhar e colaborar com o processo de organização dos catadores, tais como: Fórum Estadual Lixo e Cidadania, IBISS, IBASE, Serviço |Social do Aterro Metropolitano de Gramacho, Nova Pesquisa, entre outros.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

pessoas e/ou garantidor de trabalho e renda para os catadores, visto que hoje a COOPERGRAMACHO agrega somente 10% do contingente de catadores cadastrados do período de implantação do trabalho datado de fevereiro de 1996, cujo contingente era de 960 pessoas ativas.

Fundamentamos a questão, sinalizando que, embora os catadores tenham direitos previdenciários garantidos, seguro de vida e realizem seus trabalhos protegidos de sol e chuva, estes fatores não são suficientes para seduzi-los nem tampouco suficientes para convencê-los a migrarem da frente de serviço para a cooperativa.

A justificativa dos 90% restantes que está na frente de serviço, onde a atividade de catação se processa de forma diferenciada da Cooperativa, uma vez que somente o estilo braçal e rudimentar de garimpar o lixo é utilizado, é de que o rendimento é baixo e que a tarefa individual é mais rentável, embora este seja um real falseamento dos ganhos e da "liberdade de trabalho", ingrediente fundamental criado pela informalidade.

Diante deste quadro contraditório e instigante, que promove o desejo de investigar os motivos pelos quais os catadores "preferem" continuar na vida árdua de garimpo do lixo, sem nenhum processo de organização, fomos conhecer pesquisas que tiveram como objeto de investigação o Aterro Metropolitano de Gramacho e os catadores, e encontramos algumas que focalizaram atenção para o aspecto do significado do trabalho perverso, do qual este contingente de trabalhadores foi obrigado a se inserir em nome da exclusão e informalidade postas pelas constantes reestruturações no modo de produção capitalista (Rohem, 2004). Outras tiveram como interesse explorar o movimento de organização dos trabalhadores em contraposição à atividade de catação, no sentido de analisá-lo a partir do conceito de filiação e desfiliação de todo o processo (Juncá, 2004).

As pesquisas desenvolvidas deram conta de desvelar como estes catadores se sentem diante do trabalho que executam, tanto na frente de serviço, quanto na cooperativa.

Assim, pensar a construção identitária desta categoria e as formas como criam seus espaços de fortalecimento, tornou-se tarefa espinhosa, mas recorremos ao posicionamento de Stuart Hall por considerarmos facilitado o entendimento da questão, pois ele elucida a importância da identidade residir no passado das pessoas e, portanto ter uma conexão direta com seus valores, crenças e costumes, principalmente não para o que a pessoa já é, mas sim para aquilo que ela irá se transformar: "identidades (...) têm a ver não tanto com as questões "quem nós somos" ou "de onde nós viemos", mas muito

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

mais com as questões “quem nos podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios” (Hall, 1996, p. 108 - 109).

Diante desta posição, ao remeter a análise para o contexto da catação, em especial no Aterro Metropolitano de Gramacho, passamos a entender que o sentimento já sinalizado de subalternidade adotado pelos catadores tem relação direta com este processo de construção apontado por Hall, e que, em outras palavras, é reforçado pelo que Sarah Escorel levanta em seu artigo sobre população de rua e catadores:

> No eixo cultural em que se desenvolve a troca de valores simbólicos podem ser observados os processos do mundo da subjetivação, da construção de identidades, a relação com o outro e as representações sociais. Trajetórias de desvinculação podem conduzir à experiência de não encontrar nenhum estatuto e nenhum reconhecimento nas representações sociais, ou só encontrá-los em negativo. São caminhos que podem envolver discriminação, estigmatização, criminalização, não reconhecimento, indiferença, negação da identidade ou identidade negativa, conformismo, naturalização e banalização (Escorel, 2000, p. 144).

Sem querer fechar as diversas possibilidades de análises voltadas para a questão identitária, ficou evidente que o processo a ser construído pelo catador, quanto à identidade de seu trabalho, é por vezes “mascarada” por toda a carga de preconceitos advindos ao longo dos anos, criando assim um estigma do qual se desvencilhar é o mesmo que montar um arsenal para uma batalha longa e com muitos soldados. Esta posição ganha apoio teórico em Goffman *apud* Juncá quando pontua a questão da “identidade deteriorada”:

> É certo que esta passagem de “vagabundo” ou “mendigo” a “trabalhador” não é tão facilmente admitida pela sociedade, nem imediatamente vivida pelos próprios catadores. “Isto porque, como já foi analisado, além da pobreza e da exclusão social, os catadores carregam a marca do lixo, incorporando o estigma que lhe tem sido atribuído e introjetado uma identidade deteriorada” (Goffman, apud Juncá, 2004, p. 82).

A título de ampliar esta análise, encontramos em Juncá elementos que acreditamos complementar a reflexão:

> Destaco aqui o contraditório jogo entre o nomear e o ser nomeado, reconhecer-se e ser reconhecido, ingressando também no campo da constituição de uma identidade profissional instável e indefinida. Neste sentido, o cotidiano dos catadores de materiais recicláveis tem sido, predominantemente, apontado como o espaço da indolência e da malandragem, do inútil e desagradável, do risco e da ameaça, configurando uma identidade negativa em torno do trabalhador da catação (Juncá, 2004, p. 82).

Embora concordemos com a posição apontada por Juncá, acreditamos que seja possível uma virada de posição dos catadores do território de jardim gramacho, através

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

da construção denominada por Castells de identidade de projeto, onde eles tomem consciência do seu papel e agreguem valores culturais adquiridos pela ação sócio-educativa implementada no sentido de reverterem o quadro de resignação e busquem atuarem em uma sociedade em rede, onde o fortalecimento das ações na área da atividade de catação poderá levá-lo a competir na cadeia industrial produtiva como qualquer outro profissional do ramo.

Valendo-se do posicionamento acima e levando em conta a experiência que nos vimos acumulando ao longo desses dez anos de trabalho junto aos catadores no Aterro Metropolitano de Gramacho, vislumbramos o surgimento de lideranças, por meio da força jovem de catadores, que desde o ano de 2004, vêm assumindo a liderança das ações em defesa da garantia do trabalho de catação no Aterro, a Associação de Catadores do Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (ACAMJG). Este movimento pode ser classificado como um ensaio para a construção da identidade de projetos, pois o grupo vem prevendo, dentre todas as ações voltadas para o trabalho de separação de materiais recicláveis, uma parceria efetiva com a sociedade civil e com segmentos públicos na busca da construção de políticas públicas que atendam a real demanda posta por este contingente.

Hoje este grupo já é conhecido dentro e fora do território de jardim gramacho e vem trabalhando não somente na direção da ação dentro do Aterro junto aos catadores, mas também no que diz respeito aos aspectos ambientais, de saúde, da educação e até mesmo do transporte dentro do bairro, pois a ACAMJG junto com a COOPERGRAMACHO e o Serviço Social do Aterro, são integrantes do Fórum Comunitário do Jardim Gramacho, apoiado pelo IBASE/FURNAS/COEP[5], no enfrentamento das questões de sustentabilidade dos moradores entre outros aspectos voltados para melhoria das condições de vida e de trabalho de todos os envolvidos no processo.

Com este espírito de organização, vêm sendo promovidos alguns eventos de mobilização e organização da categoria desde 2005 até os dias atuais, e os mais expressivos foram os dois Encontros de Catadores da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro, sendo o primeiro promovido pela COOPERGRAMACHO, embora com membros do movimento pró-associação, que ocorreu em 08 de julho de 2005 e foi realizada na UNIGRANRIO, Universidade localizada no centro do Município de Duque

[5] COEP – Comitê de Entidades no Combate à Fome e pela Vida.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA

de Caxias, com objetivo de discutir a importância da organização da categoria. O segundo encontro já foi promovido pela ACAMJG, com apoio da Cooperativa e de algumas organizações voltadas para responsabilidade sócio-ambiental, e foi realizado em 28 de outubro de 2006, dentro do território de jardim gramacho no CIEP 218, e contou com a presença de cerca de trezentas pessoas entre catadores, técnicos da área de meio ambiente e ONGs que lidam com a questão da defesa dos direitos sócio-ambientais, e o tema central dos dois encontros foi à discussão referente à importância da organização e o processo de construção identitária da categoria. (Folder anexo).

Registramos outro avanço significativo da Associação, que no mês de abril/2007, depois de longo período de negociações, recebeu através da assinatura de um Termo de Comodato que envolve a COMLURB/ Prefeitura de Duque de Caxias e como interveniente a ONG Instituto Brasileiro de Inovações da Saúde Social (IBISS), um Pólo de Reciclagem, localizado no bairro de Jardim Gramacho, composto de um galpão para separação e semibeneficiamento do material reciclável, e mais um módulo destinado à capacitação dos catadores, com objetivo de darem início ao processo de separação de material reciclável fora da frente de serviço e, com isto, juntamente com a Cooperativa, efetivarem a transferência gradual dos catadores para garantir trabalho e renda para os que potencialmente têm condições de se manterem na atividade. Ganharam também duas prensas e um caminhão destinado a dar início à retirada de material potencialmente reciclável pela via da Coleta Seletiva no município e/ou outros locais do Estado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0410364/CA